



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UM MARANHÃO ILUSTRADO? História e natureza na
correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo
de Sousa (1798-1801)

Flávio Pereira Costa Júnior

São Luís- MA

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UM MARANHÃO ILUSTRADO? História e natureza na correspondência
entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801)

Flávio Pereira Costa Júnior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alírio Cardoso – UFMA/PPGHIS (Orientador)

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Examinador Externo. UEMA)

Prof. Dr. Rafael Chambouleyron (Examinador Interno. PPGHIS-UFMA)

São Luís- MA

2016

RESUMO:

Entre os séculos XVIII e XIX, intensificam as pesquisas acerca da natureza na América portuguesa. Este processo tinha um dos seus principais personagens o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801). Nessa época foi fundada a tipografia do Arco do Cego, instituição responsável pela produção de livros que deveriam ser enviados às conquistas. As capitanias do Maranhão e Piauí estavam inseridas neste contexto, mas também apresentavam suas particularidades. O objetivo deste trabalho é discutir a circulação do conhecimento sobre natureza no Maranhão e Piauí, e entender qual o seu papel nos projetos da burocracia portuguesa nessa parte do mundo.

Palavras-chave:

Ilustração; Maranhão; natureza; Livros.

ABSTRACT

Between the eighteenth and nineteenth centuries, intensify research on the nature of Portuguese America. This process had one of the main characters a Minister, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801). At that time it was founded the typography Arco do Cego, institution responsible for producing books that should be sent to the Conquests. The captaincies of Maranhão and Piauí were inserted in this context, but also had its peculiarities. The aim of this work is to discuss the circulation of knowledge about nature in Maranhão and Piauí, and understand what their role in the projects of Portuguese bureaucracy in that part of the world.

Key words:

Enlightenment; Maranhão; Nature; Books.

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos têm como dedicação às pessoas especiais que estiveram presentes de um modo ou de outro na confecção deste trabalho.

À Deus por absolutamente tudo.

Aos meus pais, Dona Marly e Seu Flávio que me oportunizaram e me incentivaram a seguir a vida acadêmica.

A minha irmã Mayana e ao meu irmão Fábio. Aos meus amados sobrinhos Veríssimo, Alana, Lucas, Fábio Jr., e é como diz o provérbio espanhol: “a quien Diós no le da hijos, el diablo le da sobrinos”.

Aos meus avós, do qual tive a felicidade de conhecer a todos: D. Marly, D. Maria “Peteta”, Seu Genésio “Peré”, Seu José “Zequinha” Alves (*In Memoriam*). Aos meus tios: Lígia, Hélia, Ana Cristina, Valdenésio, Walber, Zé Filho.

Aos meus primos: Franklin, Leonardo, pela amizade desde sempre. À Lívia e Mariana.

À Susy pelo companheirismo, carinho e dedicação. Sempre ao meu lado nos momentos difíceis e nos melhores. Sua atenção e apoio foram fundamentais para conseguir realizar o sonho de defender esta dissertação.

E aos amigos que sempre estiveram ao meu lado.

Ao *Diogo Ferraro*, pela grande amizade, ajuda nos problemas com computadores e pelos conselhos. Ao *Eduardo Santos*, pelo incentivo na vida acadêmica e literária, por nossas conversas mais mirabolantes sobre as diversas teorias da literatura, da música, dos quadrinhos, da academia e de tudo. *Ronald Santos*, amigo de infância, do tempo que morava na rua 4. *Darlan Soares* o meu amigo mais antigo. *Ilka* a amiga mais antiga e confidente. *Mateus Cuba*, pela amizade desde jardim de infância. *Jonadabe* pela contribuição nas boas discussões e pelo empréstimo de muitos quadrinhos quando eu era adolescente. *Eric* meu amigo desde o ensino fundamental. À minha querida *Lauísa* que tem minha eterna gratidão por seus adoráveis conselhos.

Ao *Alex* que esteve de igual modo vivendo o sonho de terminar o mestrado, ainda que em uma universidade diferente: pelo incentivo, apoio e discursões saudáveis sobre a academia.

À Maria das Neves, Sâmila e Bruno, que são para mim mais que amigos, minha família. Aos meus amados irmãos na fé, da Igreja Batista do Cohatrac, em especial Eduardo Cardoso. Ao Vicente Madureira e Elisabeth Madureira pelo incentivo e por me ensinarem os preceitos cristãos.

Ao professor Marcelo Prazeres, que me ensinou a amar a História no ensino fundamental, e que foi, ainda que por um curto período de tempo meu colega de trabalho.

Aos professores da UFMA em especial: Marcus Baccega, Antônia Mota, Maria Isabel, Regina Faria, Pollyanna, Josenildo. Ao meu orientador, Alírio Cardoso, por sua paciência, dedicação e competência, dividindo sua preciosa experiência para a confecção deste trabalho.

Aos meus professores da Universidade Estadual do Maranhão, onde me graduei, em especial ao professor Marcelo por ser solícito e atencioso, pela ajuda desde o projeto até a qualificação desta pesquisa. Ao professor Henrique pelo carinho e incentivo de sempre, serei um eterno devedor.

Aos meus companheiros do mestrado: Leide e Inácio, Raimundão, Nila, Natália, Milena, Wendell e Marcelo, Rafael, Rosângela, Adriano, Kalil, Sílvio, Eline, Isabella e João. A turma de 2016: Alessandra, Antônia, Isa, Francisco, Yanne, Marcus, Darlan, Tayanná. À UFMA, em especial aos seus funcionários que contribuíram para alcançar a alegria de poder defender minha dissertação: em especial Jonathan e Ricardo.

A FAPEMA por possibilitar as bolsas de mestrado por quase dois anos.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO).

In Memoriam: meu amigo Afonsinho, Jéssica Machado, professor Linaldo Júnior, Letícia, meu avô Zequinha.

LISTA DE ABREVIATURA

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico.....	65
Tabela I.....	71
Tabela II.....	75

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	8
INTRODUÇÃO.....	10
1. NATUREZA E HISTÓRIA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS.....	19
1.1. História e natureza no século XVIII.....	19
1.2. Ilustração, natureza e economia.....	26
1.3. D. Rodrigo de Sousa e a natureza do Império.....	32
2. HISTÓRIA NATURAL NO MARANHÃO E PIAUÍ.....	37
2.1. D. Diogo de Sousa: um ilustrado no Maranhão?.....	37
2.2. Extrativismo e naturalismo-utilitário.....	40
2.3. Naturalistas no sertão.....	49
3. AGRICULTURA, NATUREZA E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	56
3.1. Agricultura e pecuária.....	56
3.2. Impressos e ilustração no Maranhão.....	62
3.3. Educação e Ilustração.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812), Ministro da Marinha e Ultramar entre os anos de 1796 e 1801, tinha em sua prática política tendências voltadas para o incentivo ao estudo da natureza dos territórios ultramarinos. É considerado por isso um político ilustrado pela historiografia atual. A partir de aspectos de sua administração, como a valorização do conhecimento científico e das “especificidades” de cada uma das possessões do império lusitano é possível estabelecer paralelos com o que se convencionou chamar de Iluminismo. Uma destas possibilidades de ligação entre esta categoria analítica e o governo de D. Rodrigo pode ser extraída da análise da correspondência trocada com D. Diogo de Sousa (1755-1829), capitão-general e governador da capitania do Maranhão e Piauí (1798-1804). Nela, além de ideias há um considerável envio de amostras da fauna, flora e minerais locais, além do fomento à pesquisa sobre novas espécies com possível valor comercial.

D. Rodrigo e D. Diogo foram indivíduos letrados que valorizavam o conhecimento científico. A sociedade em que ambos foram formados tinha esse tipo de conhecimento como base de legitimação das relações sociais. Nesse ambiente de discussões, outros tipos de conhecimentos também foram repensados, como é o caso do religioso, artístico e das formas de crença popular. Entretanto, é a “ciência” que, paulatinamente, será privilegiada como determinante na política, economia e nas relações sociais no mundo Ocidental a partir da chamada Era Moderna. O Iluminismo, então, teria privilegiado a defesa de explicações pragmáticas e racionais para a natureza e sociedade. No caso lusitano, desde Pombal, a administração imperial valorizou este tipo de pensamento como meio de desenvolvimento da economia.

O presente trabalho tem por objeto discutir, a partir da relação administrativa entre D. Rodrigo e D. Diogo, a política lusitana de exploração racional da fauna, flora e dos minerais, além do fomento à pesquisa e ensino científicos. No entanto, é necessário explicar ao leitor qual o perfil geral do conhecimento que aqui estamos nomeando como Iluminismo, política iluminista ou Ilustração lusitana.

No século XVIII, será cada vez mais patente para os homens de letras que a razão pautaria a ciência, e esta possibilitaria ao ser humano a obtenção da felicidade. De

qualquer forma, historiadores, desde o século XIX, trabalham com a categoria de “Iluminismo” ou “Luzes” para caracterizar principalmente a segunda metade do século XVIII. Este conceito não fazia parte do vocabulário setecentista, pelo menos não no sentido que parte da historiografia emprega hoje.

O chamado Iluminismo ficou por muito tempo relacionado com algumas opções filosóficas de certos homens de letras na Europa, do debate coevo francês. Assim, é comum quando se fala de Iluminismo citar nomes como Voltaire, Rousseau, dentre outros. Para a historiografia essa seria uma tendência de valorização da razão que se inicia com o Renascimento e ganharia fôlego com a chamada Revolução Científica do século XVII.¹ Existiriam ainda sobrevivências desse processo na atualidade, como a quase inquestionável autoridade da ciência a partir da premissa de que há verdades históricas racionalizadas e positivas.² Além disso, há princípios libertários e individuais que têm como base a propriedade retórica de uma certa política Iluminista.³

Os termos Luzes, *lumières*, *Aufklärung*, *enlightenment*, *lumi*, *ilustración* fazem parte do contexto social do Setecentos. No entanto, o sentido tomado atualmente por parte da historiografia é posterior ao século XVIII. Não havia uma escola Iluminista, nem mesmo aqueles que ficaram correlacionados ao termo se identificavam desta forma. É a historiografia do século XIX que vai consagrar esta categoria e suas variantes nacionais.⁴ No Setecentos havia uma multiplicidade de sentidos para o Iluminismo dentro e fora de um mesmo idioma. No caso francês, o termo refere-se aos “filósofos” e “homens de letras” que eram vistos como protagonistas de uma determinada Filosofia da História, mas também ganhava o sentido daqueles que deveriam “iluminar” com o uso da razão os ignorantes. Segundo Falcon, “no ambiente cultural alemão, *Aufklärung*, significa esclarecimento, descobrimento, reconhecimento”. No caso da Inglaterra e da Escócia, o *to enlighten* é voltado mais para questões da moral e da economia.⁵

No dicionário de Bluteau (1728), o verbete *luz* reproduz a narrativa da primeira criação de Deus (gênesis 1:3) em que a sombra e a luz sempre estão juntas (não só por

¹ Sobre o tema, ver: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

² Sobre Iluminismo, Razão e Irracionalismo, ver: ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

³ FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 2002, p. 5-8.

⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 13. FORTE, Luiz R. Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

percepção sensitiva, mas por extensão metafórica). Também há, no citado verbete, o termo “luz da razão”. No mesmo dicionário, *ilustração* seria “o dar luz e notícia clara de alguma coisa. (...) pode significar a clareza de uma obra de engenho que dá distinta notícias de alguma coisa”.⁶ Já no dicionário de Antônio de Moraes (1789), existe um sentido físico atribuído à palavra luz: “A maneira, que emana do Sol, da chama, o que faz o que vejamos os objetos”, e alguns sentidos figurados, além de “luz da razão”. “Iluminar”, no mesmo dicionário, além do seu aspecto físico, poderia ser “ilustrar declarando ponto doutrinal, ou verdade, com que o entendimento recebe luz”. Por fim, “ilustração” seria “o dar à luz e notícia clara de alguma coisa; discurso que dá a luz e ilustra as ciências”.⁷ Por outro lado, no dicionário de Luiz Maria Pinto, de 1832, o verbete “iluminar” ganha o sentido de “Iluminar a alguém. Declarar a verdade a que ele ignora”, e “ilustração” passa a ser a “Ação de ilustrar, de dar notícia clara de alguma ciência. Inspiração”. Ilustrar também teria o significado de tornar-se ilustre, no sentido da obtenção de certo grau de nobreza. Estes verbetes demonstram o quanto é complexo e variado o sentido que o mundo erudito português atribuía ao termo.⁸ Cabe destacar que as Luzes, no sentido místico e religioso, coexistiam no vocabulário do século XVIII com seu oposto, as “trevas”. Porém, para o período, as verdades da razão estariam relacionadas aquilo que poderia ser testado como verdade empírica.⁹

No seu conhecido *Dicionário de Política*, Bobbio entende que o Iluminismo era um “movimento de originalidade teórica fraca”, dominado pelo ecletismo. Por outro lado, a ciência, nos seus aspectos pragmático e utilitarista, seria o que harmonizaria estas diferenças, pois é este conhecimento que legitimará a razão e que possibilitará o progresso na sociedade.¹⁰ Segundo ainda o *Dicionário*, havia Iluminismos nacionais, na medida em que o Iluminismo na França não era o mesmo praticado na Inglaterra, Espanha ou nas regiões da Itália. Por outro lado, o *Dicionário* destaca dois tipos de Iluminismo, de acordo com a geração. Assim, existiria uma primeira geração, correspondente ao final do século XVII à metade do século XVIII, caracterizada pelo

⁵ FALCON. *Op. cit.*, p. 14.

⁶ Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, v. 5, 1728. Disponível em: www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

⁷ Cf. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa* – v. 2, 1789. Disponível em: www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/2/. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015, nosso grifo. Além do mais em *ilustrar* seria, além de se fazer ilustre ou nobre: “declarar com explicações, notas, commentos, interpretações, alguma maneira obscura: ilustrar o entendimento com razões, conselhos.”

⁸ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. 1832. Disponível em: www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

⁹ FALCON. *Op. cit.*, p. 16-18.

¹⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. cit.*, p. 606.

início de uma reflexão francamente racionalista. Após o decênio de 1750, surge a geração dos enciclopedistas franceses, de Lessing, na Alemanha, e dos teóricos das reformas jurídico-políticas na Itália. Esta segunda geração, a despeito de uma certa colaboração com os poderes políticos estabelecidos, estaria mais próxima de “ideias igualitárias e desígnios utopistas”.¹¹

Jonathan Israel discorda que tenham existido Iluminismos nacionais, mas defende que havia dois tipos de Iluminismo: o moderado e o radical. Aquele seria pautado no equilíbrio entre a tradição e a razão, já este somente na razão. O “Iluminismo Radical”, segundo este autor não era irreligioso ou libertino, mas tinha como característica a defesa da liberdade de pensamento, além de escolher a democracia como governo ideal.¹² Esta vertente defenderá a meritocracia e será contra os direitos de linhagem da nobreza, que detinha cargos em função da qualidade de sangue e da origem. Mas, tanto o Iluminismo Radical como o Iluminismo Moderado tinham características em comum: a razão pela ciência, a secularização, a noção de “progresso” e um certo pragmatismo.¹³

O conhecimento privilegiado do Iluminismo seria o científico que “simbolizava a racionalidade, o aperfeiçoamento, o progresso material e a utilidade”.¹⁴ A “ciência”¹⁵ possibilitaria a representação do cosmos a partir do modelo físico-matemático, através do conhecimento mais qualificado sobre a natureza equacionando-a em números. Desta forma, o ser humano poderia ser livre e competente para tomar suas decisões, já que com o conhecimento sobre as leis da natureza seria possível o

¹¹ *Idem, ibidem.*

¹² ISRAEL, Jonathan. *A Revolução das Luzes: O Iluminismo Radical e as origens intelectuais da Democracia Moderna*. São Paulo: EDIPRO, 2013, p. 29-31. Pelos conceitos deste autor, o Iluminismo português era sua versão moderada.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 95.

¹⁴ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “O liberalismo num outro Ocidente: política colonial, idéias fisiocratas e reformismo mercantilista”. In. GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: REUAN: UERJ, 2001, p. 40.

¹⁵ Para Bluteau, ciência é “No rigor filosófico, é um conhecimento certo, e evidente pelas suas causas. Na opinião dos Antigo Filósofos, só havia três castas de ciências, a saber, Logica, Física, e Filosofia Moral”. Entretanto, Bluteau afirma que só a geometria que é a verdadeira ciência por que esta é demonstrável. Para ele a ciência é uma espécie de sabedoria, por outro lado vai se aproximando das questões naturalistas quando diz que é por meio da ciência que o homem vai aos poucos dominando a natureza. BLUTEAU. *Op. cit.*. Já para Antonio de Moraes e Silva tem o sentido de “conhecimento, notícia, Conhecimento certo, e evidente das coisas por suas causas.; v.g. Geometria é huma sciencia. Sciencia infusa, revelada. O conhecimento daquilo que somos bem instruídos.” SILVA. *Op. cit.*.

estabelecimento de suas próprias leis com base naquilo que poderia ser demonstrado empiricamente.¹⁶

Esta nova experiência de visualizar o universo matematicamente, ou mesmo de vislumbrar a natureza sobre outras perspectivas, parece ser a marca fundamental desta geração de eruditos. Vai se abrindo mão de acreditar na Providência Divina, e se confiará no conhecimento científico como modelo explicativo do universo, além de contar com o progresso técnico para a consolidação de um certo controle sobre a natureza em favor do homem.¹⁷

Um exemplo desta nova etapa do debate homem-natureza é a Inglaterra do século XVII. A Ciência Moderna logrou sucesso em Londres. Para muitos autores, isso se deve à relativa tolerância da Igreja Anglicana em comparação com os países católicos. O aspecto milenarista do anglicanismo permitiu, de outro modo, uma valorização da ciência em seu aspecto pragmático, na promoção da saúde, da riqueza e do desenvolvimento do comércio, tendências bem representadas na fundação da conhecida *Royal Society* (1662).¹⁸ Mas, será a Academia de Ciências de Paris (1666) que, com o tempo, influenciará de maneira predominante os demais países europeus. Isso porque, diferentemente da tendência inglesa, que se baseava nos princípios da ciência diletante de Bacon, a segunda será cada vez mais partidária da profissionalização e se tornará uma instituição de consulta técnica pelo governo francês.¹⁹ Havia pelo menos 70 instituições concebidas nos moldes de academias na Europa no final do XVIII, e isso demonstra o sucesso deste tipo de organização científica. De qualquer forma, as academias foram responsáveis pela difusão interna nos países da Europa, mas também por uma certa internacionalização do conhecimento científico.²⁰

A secularização é outro aspecto bastante discutido pela historiografia quando se fala em Ilustração. Bem entendido, a secularização coloca as questões sociais em níveis da imanência e ignora os aspectos da transcendência por tanto tempo difundidos

¹⁶ FALCON, *Op. cit.*, p. 38, 39,41. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 325.

¹⁷ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p. 347.

¹⁸ SOARES, Luiz Carlos. “A Albion revisitada no século XVIII: novas perspectivas para os estudos sobre a Ilustração inglesa”. *Revista Tempo*, n. 16 (2003), p. 1-32.

¹⁹ FERRONE, Vincenzo. “O Homem da Ciência”. In. VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997, p. 158-160.

pela religião. Neste sentido, a política, a economia e o próprio ser humano são diagnosticados pela racionalidade secular. O que não quer dizer, de modo algum, que os pensamentos teológico ou metafísico serão abolidos por completo. De outro modo, é importante afirmar que o Iluminismo nunca foi essencialmente anticlerical. Essa característica talvez esteja mais presente na vertente francesa, mas não representa, por exemplo, a ibérica.²¹ Isso pode significar, no contexto do século XVIII, que religião e ciência coexistem, mas que terão seus espaços próprios, sendo a religião mais para o âmbito privado e a ciência para as expectativas públicas, processo de mudança longo e de modo algum linear.

O termo “civilização” ganha sentido no Iluminismo. Ao mesmo tempo, o conceito de “progresso” reivindicava cada vez mais importância no pensamento do período, pois significava a certeza da própria imanência ou a consciência da mudança temporal, mas também representava a fé na evolução do conhecimento humano e no domínio da natureza. É, de certa forma, uma ruptura com relação à ideia cíclica de História.²² Todavia, ao contrário do que alguns teóricos afirmam, o pensamento Iluminista acerca do progresso não era ingênuo, pois se, por um lado, havia os avanços técnico-científicos, por outro lado, existiam as dificuldades em propagar a tolerância e combater a superstição. Para Immanuel Kant, era notório que o progresso estava presente na Europa e isso ocorria devido a maior propagação da Razão.²³ Não menos importante é o aspecto pragmático do Iluminismo que tinha como alvo central a realidade social. O pragmatismo deveria modificar a realidade de forma objetiva. E isso significou uma oposição ao “pensamento puro”, abstrato que não tivesse finalidades práticas. Assim sendo, este modelo teórico privilegiaria o conhecimento pelo seu caráter de transformação social.²⁴

É necessário, no âmbito deste trabalho, discutir o Iluminismo também como forma de política. A política é uma questão fundamental dentro do Iluminismo, pois é mediante esta que se poderiam atingir mudanças concretas na sociedade em geral. No caso da gestão política na Península Ibérica, esta foi caracterizada classicamente nos

²⁰ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *The Spectator*. O Teatro das Luzes, diálogo e Imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995.

²¹ FALCON. *Op. cit.*, p. 32-34.

²² *Idem ibidem*, p. 60-63, no que se refere a civilização e progresso deve-se destacar como voz destoante deste discurso positivo o filósofo Rousseau. Cf. FORTE. *Op. cit.* passim

²³ ISRAEL, Jonathan. *Op. cit.*, p.16-17; 19. Era comum, entre os autores iluministas de comparem a situação deles próprios melhores do que as gerações passadas.

termos de um Absolutismo Ilustrado, sobretudo a partir da administração do Marquês de Pombal.²⁵ É provável que a expressão “despotismo esclarecido” tenha sua origem no século XIX, para descrever um determinado fenômeno do século anterior.²⁶ Tal expressão é relativa à política realizada na metade do Setecentos na região central, oriental e meridional da Europa.²⁷ Diferentemente do que ocorreu na monarquia francesa, alguns Estados adotaram políticas reformistas com base nos princípios Iluministas com a ressalva de que não se alterassem as prerrogativas absolutistas. Mas, isso não quer dizer que o papel do monarca não tenha se modificado, pois dentro destes princípios, o soberano torna-se o primeiro servidor do Estado.²⁸

Ao Estado lhe é atribuída a função de guardião da felicidade pública. Mas, para tanto, é necessário ter, supostamente, um monarca esclarecido para fazer funcionar a máquina pública, garantindo os direitos dos súditos como a inviolabilidade do corpo, da vida e da propriedade.²⁹ Nestes termos, todo aquele que é integrante do Estado, inclusive a realeza, deve submeter-se ao bem comum em detrimento do individual. Dessa forma, o governo ilustrado tinha que ser, em teoria, secularizado, possuindo a máxima eficácia. Para tanto, eram necessárias medidas como a centralização e a racionalização das estruturas administrativas. Tudo isso coordenado por um Conselho que tivesse o soberano como cabeça. Neste sentido, é a burocratização o meio de se fazer valer o funcionamento das instituições, com estatutos, regimentos, instruções nos órgãos públicos, e tendo como meio de comunicação entre as repartições as petições, ofícios, requerimentos. É por estes meios que o Estado ilustrado pretendia erradicar os efeitos do que considerava ser ignorância e tradição a partir de leis “esclarecidas”.³⁰

O Iluminismo reformista do Império português voltava-se para a natureza de seus territórios à luz dos pressupostos considerados científicos. Assim, o modo de se fazer ciência tornava-se mais secular, ao mesmo tempo que a teologia reivindicava

²⁴ MUNTEAL FILHO. *Op. cit.*.

²⁵ MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

²⁶ FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 5.

²⁷ Falcon prefere a expressão despotismo esclarecido e que inclusive é que nomeia um de seus livros, por ser consagrada na historiografia, ainda que o autor indica que a expressão absolutismo ilustrado seja mais adequado. Neste trabalho é preferível a última do que a primeira. FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido...*

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 13-14.

²⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigia e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

³⁰ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “O liberalismo num outro Ocidente: política colonial, idéias fisiocratas e reformismo mercantilista”. In. GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: REUAN: UERJ, 2001, p. 40.

menos relevância, ao menos do ponto de vista retórico.³¹ As transformações científicas do século XVIII modificaram toda a visão sobre o vínculo entre o homem e a natureza. A ciência na Europa, a partir deste século, será símbolo da racionalidade, do progresso material, do conhecimento utilitário. E na Ilustração portuguesa, a natureza só poderia ser entendida à luz do conhecimento testado e verificável.³² No âmbito da política lusitana, havia a necessidade de se conhecer o próprio território com fomento à pesquisa e à educação, neste último caso, com concessões de bolsas de estudos em Portugal. A historiografia acerca deste tema tem repensado as práticas imperiais sobre as conquistas ultramarinas a partir da valoração da ciência e de seu papel sobre o desenvolvimento econômico das regiões ultramarinas.³³

A historiografia brasileira do século XIX, voltada para a formação de uma história nacional que fosse diferenciada da portuguesa, transformará os “colonos” em “brasileiros”, explorados por uma Metrópole europeia. Assim, era comum que os historiadores, no Brasil, desenvolvessem textos que exaltassem a formação intelectual da “colonização”. Outra forma enunciativa da época era deixar a entender que os naturalistas luso-americanos trabalhavam em favor do “Brasil” e não de Portugal.³⁴ Parte da historiografia do século XX ainda seguirá a tendência de “abrasileirar” os portugueses do século XVIII, na busca incessante por uma identidade nacional.

A historiografia universitária, a partir da década de 1960, será fundamental para rever muitos destes conceitos. Maria Odila da Silva Dias, por exemplo, vai discutir os intelectuais da América portuguesa a partir da perspectiva de que o Iluminismo português teria sido fundamental na própria independência do Brasil, em 1822. Com sua abordagem voltada para os naturalistas, a autora quebra uma tendência teleológica dos estudos anteriores e demonstra que estes eruditos estavam atuando para além da

³¹ *Idem, ibidem*, p. 40.

³² MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 488.

³³ VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. “Os colonos cientistas da América Portuguesa: questões historiográficas”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa-PR, v. 19, 2014, p. 12-14.

fronteira da América portuguesa, integrados como estavam ao processo de reformismo ilustrado no mundo ocidental.³⁵

Assim, o objetivo desta pesquisa é discutir o papel atribuído ao Estado do Maranhão e Piauí na História Natural portuguesa, a partir do perfil político dos seus governantes. Analisar, assim, as atividades políticas que se voltavam para o estudo da fauna, flora e riquezas minerais da região, além da análise sobre a circulação dos impressos que versavam sobre o tema. Além da literatura especializada, a pesquisa se baseou nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino no período de 1798 a 1801. Este momento coincide com o ministério de D. Rodrigo e com o governo de D. Diogo. A dissertação tem três capítulos, os quais resumimos a seguir:

No primeiro capítulo, intitulado *Natureza e história no Império Português*, daremos ênfase à Ilustração lusitana a partir da política do Marquês de Pombal. Destaque para os programas reformistas do Império lusitano na administração pública, no fomento à educação, na reestruturação da Universidade de Coimbra e na nova visão setecentista acerca do conhecimento da fauna, da flora e dos minerais.

No segundo capítulo, *A história natural no Maranhão e Piauí*, discutiremos a administração do governador e capitão-general D. Diogo de Sousa, com destaque para as políticas voltadas à pesquisa da fauna, flora e minerais. Estes são temas analisados na correspondência entre o governador e o ministro, D. Rodrigo, principalmente a respeito das remessas de plantas (arroz, algodão, ervas medicinais, tabaco, etc...). Neste capítulo, também discutiremos a própria trajetória política de D. Diogo.

No último capítulo, intitulado *Agricultura, natureza e circulação do conhecimento*, discutiremos os instrumentos que possibilitavam a pesquisa da História Natural na região. Fator chave foi a recepção dos impressos e o local de venda dos mesmos. A tipologia destes escritos, que eram majoritariamente voltados para o comércio e para agricultura. Também analisaremos neste capítulo a política de fomento à educação de ensino superior mediante bolsas para estudos no Reino.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 21.

CAPÍTULO I

NATUREZA E HISTÓRIA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

1.1. - História e natureza no século XVIII

O século XVIII ficou conhecido pela historiografia oitocentista como o Século das Luzes. No que se refere a Portugal é a partir do reinado de D. José I (1750-1777), com a ascensão do ministro Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal,³⁶ que reformas estruturais foram realizadas em moldes considerados ilustrados. Dentre estas reformas, destaca-se a que se refere ao modelo de educação da Universidade de Coimbra.

No reinado de D. João V (1706-1750) já havia, de maneira quase consolidada, uma política com algumas práticas que poderiam ser consideradas Iluministas. Por ordem do monarca, em 1720, é construída uma biblioteca no palácio do Paço da Ribeira. Esta biblioteca abrigava não somente livros, mas mapas, estampas, gravuras e instrumentos científicos. Foram ampliadas outras bibliotecas, a exemplo do que ocorreu com a própria Universidade de Coimbra. Para o Colégio das Necessidades, D. João mandou construir um gabinete de História Natural, um observatório astronômico, além de equipar o edifício com instrumentos científicos.³⁷

Os “estrangeirados”, portugueses educados fora de Portugal, tiveram grande influência sobre os novos rumos da ciência lusa no século XVIII. O país ibérico era muitas vezes representado como uma nação atrasada em relação aos países da Europa Ocidental, como Inglaterra, França, Áustria, isto é evidente, por exemplo, na obra de Voltaire. Em *Cândido*, o erudito francês retrata os otimistas que acreditam que o mundo poderia ser o melhor possível, em resposta direta a Leibniz. Nesta novela, Voltaire

³⁶ O título de Marquês de Pombal é do ano 1769, antes possuía o título de Conde Oeiras. Neste trabalho independente da época citada, será referenciado este personagem histórico como Pombal, por ser mais conhecido por esse título e porque vários autores o fazem assim. Sobre o tema ver, entre outros: MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal...*

³⁷ FURTADO, Júnia. “Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (Orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 229-230.

retrata Portugal como um país supersticioso, cujos habitantes atribuíam o terremoto de Lisboa (1755) aos pecados do povo português.³⁸

São os estrangeirados que vão denunciar o atraso de Portugal frente às potências europeias.³⁹ E são estes que, vivendo em países economicamente mais desenvolvidos, ficaram mais atentos às novidades técnico-científicas. Quando perceberam que o setor industrial e o desenvolvimento científico eram a base econômica destes países, notavam que havia uma flagrante defasagem no que concerne à economia portuguesa. Assim, a reforma da educação seria fundamental, do ponto de vista dos tais estrangeirados, pois através de meios pedagógicos eficazes seria possível o desenvolvimento da ciência e da economia do Império.

Através da obra de alguns destes estrangeirados, foram indicados modelos e diretrizes que poderiam reformar a educação do Reino. *Apontamentos para educação de um menino nobre* (1734), de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, *O verdadeiro método de estudar* (1746), de Luís Antônio Verney e *As cartas sobre a educação da mocidade* (1760), de Ribeiro Sanches, são alguns dos melhores exemplos deste processo de reforma. Serão estas obras consideradas a base para as mudanças no âmbito do ensino, realizadas por Pombal, que guardando suas especificidades tinham em comum a crítica ao ensino promovido pela Companhia de Jesus, pois viam esse modelo como arcaico, ainda ligado umbilicalmente ao clericalismo ortodoxo.⁴⁰

O período josefino foi marcado, como se sabe, pela atuação do ministro Marquês de Pombal. Seu objetivo principal era reformar as estruturas administrativas do Império, protegendo a economia contra os principais concorrentes no cenário europeu, o que poderia incluir a Inglaterra, mas principalmente Espanha e França. O terremoto de Lisboa (1755), segundo Kenneth Maxwell, foi o ensejo que potencializou o poderio de Pombal. O rei D. José I confiou ao seu valido a reconstrução da capital lusitana em moldes mais condizentes com os novos tempos, dando ao ministro poderes praticamente ilimitados para a conclusão das obras.⁴¹

³⁸ VOLTAIRE. *Cândido ou o Otimista*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 41.

³⁹ Os estrangeirados são portugueses que por algum motivo, mas geralmente a serviço da Coroa, viviam em outro país.

⁴⁰ SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos ilustrados (Portugal, Brasil, Angola, 1796-1803)*. Niterói, Tese de doutorado (História) defendida na Universidade Federal Fluminense, 2013.

⁴¹ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal...*, p. 24.

De fato, o Terremoto de Lisboa foi um marco na carreira política de Pombal. Mediante estudos sistemáticos sobre a melhor forma de reconstruir a cidade, o marquês valeu-se de atitudes enérgicas, como foi a condenação à morte dos saqueadores, além de tornar a capital do Império um verdadeiro modelo urbanístico Ilustrado, pautado sobretudo na racionalidade científica e no pragmatismo arquitetônico.⁴²

Pombal, agora com carta branca do monarca, se valeria de sua experiência como estrangeirado. O ministro foi embaixador na Inglaterra, entre 1738 e 1745, e apreciou a hegemonia deste país, analisando os motivos de sua proeminência mundial. Para um grupo da elite pensante lusa, era evidente que Portugal precisaria fazer uma reforma com urgência nas suas bases administrativas e mesmo no âmbito cultural para alcançar tal desenvolvimento. Nesse sentido, reformas tais quais: a extinção da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos,⁴³ a abolição da escravidão indígena (1755) ou a abolição da escravidão africana em Portugal (mas não nas possessões ultramarinas), foram consideradas essenciais para aproximar Portugal das demais nações europeias.⁴⁴

Ademais, Pombal secularizou a Inquisição, primeiro controlando a polícia inquisitorial a partir da intervenção de um intendente-geral escolhido pelo marquês. E, no ano seguinte, revogou a independência do Tribunal, confiscando propriedades ligadas à Inquisição e tornando-a propriedade da Fazenda Real, além de igualmente escolher o inquisidor-geral, o seu irmão Paulo de Carvalho. A censura aos impressos, que era antes atribuição deste órgão, será realizada pela Real Mesa Censória (1768)⁴⁵, ainda que boa parte de sua composição fosse clerical.⁴⁶ Estas medidas não significaram, de modo algum, uma oposição ao catolicismo, mas tinha a intenção de controlar todas as entidades de poder, sujeitando-as ao controle régio.⁴⁷

Lisboa percebeu que o Brasil se tornou a base da economia do Império no Setecentos. Se nos séculos anteriores era a Índia o carro-chefe da economia imperial portuguesa, agora poucos duvidavam de que a América portuguesa tomaria o posto.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 24.

⁴³ Russell-Wood lembra que se essa distinção acabou na lei, mas não no nível cultural. Cf. “Precondições e precipitações do movimento de independência da América portuguesa”. In. FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 446.

⁴⁴ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 18-19.

⁴⁵ *Idem, idem*, p. 99-100.

⁴⁶ SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006, p. 76.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 67.

Além do mais, estava claro que sem as suas possessões ultramarinas Portugal não teria respaldo econômico e diplomático frente as demais potências europeias.⁴⁸

Pombal tomou medidas que nacionalizaram a economia do Império. Dentre essas, fazer com que os lucros advindos das possessões ultramarinas fossem aproveitados ao máximo por Portugal e, desse modo, diminuir a influência econômica da Inglaterra sobre as conquistas portuguesas, sobretudo o Brasil. Destarte, formará as companhias monopolistas do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e outra para Pernambuco, em 1759. Tal como se sabe, estas companhias obtiveram relativo sucesso. No caso do Maranhão, foi promovida, em grande escala, a exportação de anil, algodão, cacau e arroz.⁴⁹ Também realizou a formação das mesas de inspeção para controle da quantidade das exportações agrícolas, eliminação do comércio Portugal-Brasil através de mercadores, mas também, como já foi dito, a proibição da escravidão africana em Portugal.⁵⁰

A reforma no ensino era questão fundamental para Pombal. Seria através da educação que se formariam administradores capacitados para os cargos de instituições sólidas responsáveis por gerenciar de forma pragmática o Império. Para Pombal, estava patente que o desenvolvimento, econômico e científico, estavam relacionados. Assim sendo, era de urgência que se formassem mentes pensantes nos moldes das Luzes.

Nas conquistas, como se sabe, não era permitida a formação de universidades. Os pedidos dos lusos-americanos para a fundação de instituições similares eram sumariamente recusados pela Coroa.⁵¹ Esta situação fazia com que aqueles que desejassem ter uma formação superior fossem para instituições sediadas no outro lado do Atlântico, a exemplo da célebre Universidade de Coimbra. Devido as dificuldades que havia no contato entre as capitânicas, em função das correntes oceânicas nem sempre favoráveis, será na Universidade de Coimbra que luso-baianos, luso-pernambucanos, luso-maranhenses, luso-paulistas entrarão efetivamente em contato.⁵²

⁴⁸ SCHWARTZ, Stuart B. “A Economia do Império Português”. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 34; 41-42.

⁴⁹ RUSSELL- WOOD. *Op. cit.*, p. 437.

⁵⁰ SCHWARTZ. *Op. cit.*, p. 42.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 441.

⁵² RUSSELL-WOOD. *Op. cit.*, p. 444-445. Acerca, especificamente, do difícil acesso entre os núcleos de povoamento na América portuguesa, ver ainda: RUSSEL-WOOD. “Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800”. In. BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão*

A educação na América portuguesa, antes do século XVIII, era realizada também pela Companhia de Jesus, entre outras Ordens atuantes. Entretanto, na administração de Pombal essa realidade se modifica com a expulsão dos jesuítas, e com a consequente fundação das Aulas Régias. As aulas seriam financiadas através de um imposto, o subsídio literário. O novo modelo era voltado para um conhecimento pragmático, com base no ensino prático e científico, com foco nos três reinos: a fauna, a flora e os minerais. Esta mudança, longe de melhorar a educação na América lusitana, trouxe problemas estruturais como a falta de professores e atrasos nos salários. Com efeito, a educação era realizada em sua maior parte em âmbito privado e não público.⁵³

Tal como dissemos antes, Portugal era considerado atrasado em relação aos centros do desenvolvimento técnico e econômico, representado sobretudo por Inglaterra e França. Para se recuperar desse alegado atraso, Pombal funda o Colégio dos Nobres, em 7 de março de 1761. Um dos objetivos era a formação de uma elite capacitada para assumir a burocracia do Império, que cada vez mais exigia conhecimentos específicos. A matrícula no Colégio do Nobres facilitava a entrada na Universidade de Coimbra, já que os colegiais ficavam isentos de prestar qualquer exame para fazer o ensino superior na instituição. Ademais, outros privilégios poderiam ser concedidos, conforme D. José I: “colegiais do mesmo colégio, que nele se conduzissem regularmente, serão por mim atendidos com especialidade para os empregos e lugares públicos; e tanto quanto maior for a distinção com o que houverem assinalado nas diferentes profissões”.⁵⁴ Era, portanto, um atrativo significativo para uma camada de nobres ávidos por garantir honras e distinções.⁵⁵

Tendo em vista que o ensino superior na Universidade de Coimbra seria o mais alto padrão de formação daqueles que assumiriam as tarefas da máquina administrativa, o conhecimento deveria valorizar os aspectos técnico, experimental e científico. Assim, em 28 de agosto de 1772 foram implementados os Novos Estatutos para a dita

marítima portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 180-181. Sobre o antigo Estado do Maranhão e sua relação com a navegação para o Estado do Brasil, ver: CARDOSO, Alirio. “Amazônia e a Carreira das Índias: navegação para o norte da América portuguesa na época da Monarquia Hispânica”. *Revista de Indias* (Madrid), vol. LXXV, n.º 264 (2015), p. 389-420.

⁵³ VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In. SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 348-349; 357.

⁵⁴ *Apud* SANTOS. *Op. cit.*, p. 91.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 89; 91.

universidade.⁵⁶ Com a reforma pombalina, criou-se também uma faculdade voltada para o ensino das Ciências Naturais e das Ciências Físico-Químicas. Instituíam-se a chamada Filosofia Natural. Segundo Romulo de Carvalho, o curso filosófico durava quatro anos para a sua conclusão abrangendo conhecimentos como Filosofia Racional e Moral, História Natural, e ainda a Física Experimental e a Química.⁵⁷ Na mesma época, são fundados o Jardim Botânico, o Museu (Gabinete de História Natural), o Laboratório Químico, o Hospital, o Dispensatório Farmacêutico e o Observatório Astronômico.⁵⁸

O Império Lusitano, como afirma Raminelli, não se ilustrou somente por influência das demais potências europeias ou para cultivar a cultura das letras, mas por necessidade mantenedora de suas possessões. Assim, nos reinados de D. João e D. José, a pesquisa será fomentada para consolidar os estudos e legitimar os territórios conquistados pelas descobertas geográficas dos cálculos longitudinais difundidos por Guillaume Lelisle. Ao mesmo tempo, foi do interesse da política pombalina um maior controle sobre as comunidades indígenas, sobretudo após as Guerras Guaraníticas (1753-1756), o que culminará na expulsão dos jesuítas do território lusitano, anos depois.⁵⁹

Com a morte de D. José I, em 1777, e a ascensão ao trono de sua filha, Pombal cai em desgraça frente à oposição feita pela nova rainha. Mas, longe de destronar a política ilustrada, os períodos mariano e regencial foram marcados mais por continuidades do que por rupturas. As circunstâncias da “viradeira”, como ficou conhecida a queda do Marquês de Pombal, e a perseguição política que sofrerá depois, além da libertação dos presos políticos do seu ministério, são muito mais, nas palavras de Fernando Novais, aspectos conjunturais do que estruturais.⁶⁰

O cientificismo estará presente nos períodos mariano e regencial. É de destacar a formação de lugares de saber de âmbito ilustrado: a Academia Real das Ciências (1779) e a Real Biblioteca Pública da Corte (1796). A Academia de Ciências era dividida em três classes, uma para ciências da observação - meteorologia, química,

⁵⁶ SILVA. *Op. cit.*, p. 73-74.

⁵⁷ CARVALHO, Rómulo de. *A história natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 40.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 45; SILVA. *Op. cit.*, p. 74.

⁵⁹ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 94.

anatomia, botânica e história natural; ciências do cálculo - aritmética, álgebra, geometria, mecânica e astronomia; e outra voltada para as belas-artes, relativas aos estudos sobre os gêneros letrados.⁶¹ Os naturalistas da Academia vão se destacando e ganhando diversas funções, tais como a aquisição de coleções advindas também de outras partes da Europa.⁶² Na Academia, eram também desenvolvidas as “memórias”, textos dos sócios que versavam sobre aspectos de cada capitania. Destacavam-se assuntos relativos aos relevos, às condições climáticas, fluviais e ao perfil dos habitantes.⁶³

Mas, essa ciência e esse conhecimento, como lembra Munteal Filho, visava a exaltação da glória da Coroa e não o questionamento das balizas que a sustentava.⁶⁴ A Ilustração lusitana era adversa a questionamentos acerca das prerrogativas da Coroa, sobre o domínio colonial e à fé católica.⁶⁵ Para tanto, formavam mecanismos de controle para que o conhecimento difundido fosse somente o de interesse da monarquia, como a proibição de tipografias no Brasil e a vigilância acerca da aquisição de livros.

A feição pragmática dos estudos se firmava em um reformismo ilustrado que, senão trazia mudanças sócio-políticas, fomentava, com certeza, melhorias tecnológicas e científicas. O incentivo a estas pesquisas sobre a natureza era, em contraponto aos estudos políticos e filosóficos, uma preocupação para alta cúpula da administração lusitana.⁶⁶ Esta política era pautada numa filosofia naturalista-utilitária,⁶⁷ ou seja, o conhecimento que interessava era aquele que aliava conhecimento relativo à natureza e

⁶⁰ NOVAIS, Fernando. “O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.7, 1984, p. 106. Também corrobora com esta ideia Luiz Carlos Villalta. Cf. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 19-20.

⁶¹ LIMA, Ana Paula dos Santos. *Prática científica no Brasil – Colônia: ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza (1786-1808)*. Feira de Santana, Dissertação de Mestrado (Ensino, Filosofia e História da Ciência), apresentada à Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008, p. 55.

⁶² MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa...”, p. 493.

⁶³ Idem. “O liberalismo num outro Ocidente...”, p. 36. CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 37.

⁶⁴ MUNTEAL FILHO, Oswaldo, *op cit.*, p. 58.

⁶⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. “1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasil...”, p. 17-18.

⁶⁶ DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Volume 278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968, p. 153.

⁶⁷ O termo naturalismo-utilitário é de Oswaldo Munteal Filho, utilizado aqui para destacar a simbiose de um conhecimento pragmática acerca da natureza e a visão deste conhecimento para ser usado para manter a balizas do Império Lusitano. No entanto é de se destacar que os conhecimentos naquele momento das Luzes eram em sua maioria pragmático, inclusive aquele voltado para a natureza, e não uma especificidade portuguesa como as vezes dá entender no texto do autor citado. Esta expressão está nos três textos dele utilizados neste trabalho. MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa...”.

ganhos econômicos consequentes. As reformas baseadas nas Luzes tinham em Portugal seu limite na manutenção do próprio regime político. A Ilustração em Portugal servia aos propósitos da Coroa, mantendo o valor da Razão e das ciências para a glória do Império mediante reformas econômico-sociais que promoviam o desenvolvimento manufatureiro e expurgavam qualquer premissa que pudesse questionar o domínio das conquistas ou a religião católica.⁶⁸

O período pós-pombalino foi marcado por questões fundamentais que levaram ao desenvolvimento do conhecimento científico por uma necessidade de se contrapor frente às demais potências.⁶⁹ Mas, por outro lado, neste momento as ciências em Portugal ganhavam inegável prestígio social. Nesse sentido, foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar, o representante maior desta tendência na virada do século XVIII para o XIX.

1.2.- Ilustração, natureza e economia

A ligação entre conquista e exploração da natureza é intrínseca à própria condição da presença europeia nestas regiões.⁷⁰ Assim, o Império português, desde o momento que se aventurou para além-mar, no século XV, interviu na natureza de algures, onde reclamaria como suas possessões. E isso possibilitou, entre outras coisas, trocas de gêneros da fauna e flora, como na consequente mudança nos hábitos da população nativa. Estas relações vão se modificar com o avançar dos séculos. No século XVIII, principalmente, um personagem passou a ter cada vez mais relevância, o naturalista.⁷¹

Portugal fomentou a troca de espécies vegetais e animais entre as partes conhecidas do mundo. Como se sabe, no começo da conquista lusitana da América, Portugal estava fundamentalmente envolvido com o comércio das especiarias do

⁶⁸ VILLALTA. *Op. cit.*, p. 14; 17-18.

⁶⁹ Segundo Renato Venâncio, a Coroa reconhece pela primeira vez em 1740 o esgotamento aurífero e assim incentivará uma economia agropastoril na região de Minas. Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas Gerais Colonial”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 182.

⁷⁰ DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 62.

⁷¹ Para Antonio Moraes no verbete *naturalística*: “Pessoa, que sabe, se aplica à História Natural”. Já para Luiz Maria Pinto é basicamente o mesmo conceito para *naturalista*: “o que sabe, ou trata da história

Oriente, explorando comercialmente as propriedades medicinais e culinárias destes produtos. Para Russell-Wood, as ilhas da Madeira e Açores, além de Cabo Verde e São Tomé, foram no início da conquista ultramarina lugares do experimentalismo da empreitada imperial lusitana, no sentido de aclimatar e adaptar o cultivo de vinha, citrinos entre outros.⁷²

No que se refere à América portuguesa, no século XVI foi proibido o cultivo das drogas das Índias na região. D. Manuel I (1495-1521) no intuito de aumentar, ainda mais, os laços comerciais com o Oriente vetou que fossem transportadas sementes ou mudas, além de ordenar que se destruíssem aquelas que já tivessem sido plantadas. Porém, esta realidade será modificada no começo do século XVII com a estratégia de transferir mudas e sementes, para concorrer com os seus rivais no comércio das especiarias, Veneza e Holanda.⁷³ A chamada “transplantação” de culturas orientais nas terras brasileiras se firmaria como estratégia para construir uma opção viável ao comércio asiático utilizando a fama de produtiva que tinham as terras luso-americanas.⁷⁴

As expectativas depositadas sobre o plantio da canela e da pimenta não foram de todo satisfatórias. Apesar do governador-geral do Brasil, Antônio Luís Gonçalves da Câmara (1690-1694), ter utilizado de suas prerrogativas para ordenar o plantio no Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão, só no final do século XVIII essa será uma política mais consolidada. O incentivo ao cacau, tanto no Estado do Brasil, quanto no Estado do Maranhão, é exemplo de como a Coroa estava interessada na comercialização deste gênero.⁷⁵ Mas, outros tantos tipos de vegetais foram transplantados do continente

natural”. Destaque que para estes autores tais termos também tinham o conceito de deísta que não aceita a revelação, mas somente a lei natural. Cf. SILVA, Antonio Moraes. *Op. cit.* PINTO. *Op. cit.*.

⁷² RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: DIFEL, 1998, p. 227-228; 230.

⁷³ Sobre o comércio de especiarias no Estado do Maranhão, ver: CARDOSO, Alirio. “Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da Monarquia Hispânica”. *Revista Tempo* (Niterói), vol. 21 (2015), p. 1-18.

⁷⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento*, p. 232.

⁷⁵ Sobre o caso do cacau ver: ALDEN, Dauril. “The significance of cacao production in the Amazon Region during the late colonial period: an essay in comparative economic history”. *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 120, nº 2 (abril, 1976), pp. 103-135; ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica*. Belém: Editora da UFPA/NAEA, 1974. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Cacao, Bark-Clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century”. *Luso-Brazilian Review*, v. 51 (2014), pp. 1-35.

asiático para a América portuguesa, a exemplo da jaca, arroz, cocos, banana-da-terra, inhame, mangas, etc, além é claro das especiarias do Oriente.⁷⁶

A cultura do algodão foi significativa na América portuguesa. Como se sabe, no século XVIII, com a guerra de independência das Treze Colônias, no ano 1770, a exportação originária do território luso-americano só fazia aumentar. O tabaco foi outro produto disseminado pelo mundo ibérico. Sua capacidade viciante foi alvo de queixas dos governos mulçumanos e indianos na Ásia, chegando à China e ao Japão.⁷⁷ Ainda no século XVIII, a concepção sobre o uso da fauna e da flora será modificada em função da participação ativa dos governos na sua difusão pelo mundo. De fato, antes dos Setecentos não havia uma política sistemática de catalogação de ervas e plantas do ultramar. O século XVIII, assim, se configura como um período fértil na redescoberta do mundo natural, sobretudo do sertão.⁷⁸

No último quartel do Setecentos, por ansiar pela descoberta das potencialidades naturais, a alta cúpula da administração do Império fará investimento em pesquisa e capacitação. E será junto com os naturalistas da Academia de Lisboa que esta elite pensante levará a cabo a empreitada de desvendamento do próprio Império, agora por meio das lentes da ciência, enviando exploradores às conquistas com intuito de conhecer os mistérios da natureza tropical e remeter gêneros naturais para os Museus de História Natural de Coimbra e Lisboa. Estas práticas estavam de acordo com padrões internacionais do conhecimento científico da época, por métodos de classificação e de acondicionamento. Este investimento nos sistemas de coleta está diretamente relacionado com o almejo de romper com o alegado atraso cultural de Portugal.⁷⁹

Os envios dos gêneros naturais eram feitos a partir de caixas, barris e frasqueiras. Se fossem plantas eram embrulhadas em papeis terebintino e os animais embalsamados em álcool ou em água ardente de cana.⁸⁰ O Estado português investirá, cada vez mais no decorrer do século XVIII, em laboratórios, gabinetes, museus, jardins

⁷⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento*, p. 238.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 262-265.

⁷⁸ O século XVIII é considerado o fim das descobertas marítimas pela Europa. A viagem de Cook pelo continente da Oceania pode ser tomado como fim desta era das navegações e ao mesmo tempo início das viagens científicas e de descobertas continentais. Cf. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

⁷⁹ MUTEAL FILHO. Oswaldo. "O liberalismo num outro Ocidente..." , p. 55-56.

⁸⁰ RAMINELLI. *Op. cit.*, p. 81.

e seus congêneres, concretizando seus anseios de pesquisa com viagens exploratórias pelas possessões ultramarinas.⁸¹

Os exploradores⁸² serão fundamentais para concretizar a pesquisa sobre a natureza no Império.⁸³ As atividades destes profissionais eram realizadas de forma disciplinada. A atividade de recolhimento dos gêneros naturais deveria estar conforme as técnicas taxidermistas. Assim, todo o trabalho deveria ser realizado dentro do rigor científico, de forma que nada poderia ser negligenciado, mas tudo deveria ser descrito pelos mais altos padrões europeus.⁸⁴ Geralmente o nome atribuído a estes gêneros eram em homenagem a alguma personalidade da época. Alguns vegetais ainda hoje possuem os nomes dados por Arruda Câmara, no começo do XIX, como *Carlotea*, em homenagem a Carlota Joaquina, e *Linharae*, em honra a D. Rodrigo, Conde de Linhares. Mas outros serão modificados com o tempo.⁸⁵

Alguns personagens ganharam destaque nesse período, a exemplo do luso-italiano Domenico, “Domingos”, Antonio Vandelli doutorado pela Universidade de Pádua. Vandelli foi escolhido para ser professor de ciências químicas-naturais no Colégio dos Nobres e tinha contato epistolar regular com o próprio Carlos Lineu. Em 1768 lhe foi atribuída a função de criar o Jardim Botânico da Ajuda. Em 1772 será nomeado como titular de História Natural e Química da Universidade de Coimbra. Vandelli vai dirigir as expedições naturalistas portuguesas na segunda metade do XVIII. E serão seus alunos que realizarão a tarefa de explorar o Império lusitano: Alexandre Rodrigues Ferreira, para o norte da América portuguesa; João da Silva Freijó, para o

⁸¹ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa...”, p. 492.

⁸² A palavra explorador tem origem militar e se referia àqueles que eram espiões em territórios inimigos. Na segunda metade do século XVIII foi ganhando o sentido de pesquisador em detrimento da palavra que tinha antes esse sentido: informador. Cf. BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”. In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997, p. 209-212.

⁸³ Neste trabalho, tanto os homens que pesquisavam no gabinete ou “em campo” serão indicados como homens da ciência ou naturalistas. O termo “cientista” não é uma terminologia de época, mas é utilizada por alguns historiadores, justificando como categoria historiográfica, ainda que anacrônica. Segundo Ferrone, mesmo que não houvesse esse termo havia um reconhecimento crescente acerca destes homens e suas práticas científicas, ainda que tais não conseguissem propriamente sobreviver somente para ciência, mas eram funcionários do Estado que dividiam o seu tempo de trabalho com a pesquisa. Mas é inegável que para estes servidores serem pesquisadores seria necessária uma formação apropriada. Além do mais, ficará cada vez mais patente ao longo do século XVIII a distinção do homem da ciência em relação ao filósofo, teólogo e sobretudo ao letrado. FERRONE. *Op. cit.*, p. 174.

⁸⁴ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “Tapuia – A inversão do índio da Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792)”. In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 55.

⁸⁵ KURY, L. “Homens de ciência no Brasil: império colonial e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 11, p. 109-129, 2004, p. 115.

território de Cabo Verde; Joaquim José da Silva, para Angola; e Manuel Galvão Silva, para a área de Moçambique. Em uma instrução, por exemplo, Vandelli defende que a exploração naturalista deva ser feita de forma metódica, com a necessidade de se fazer diários meticulosos, conforme o padrão da época.⁸⁶ Assim, será sob a direção do naturalista paduano, com o auspício da Academia de Ciência e da Secretaria de Estado de Negócios e Assuntos Ultramarinos, que as expedições científicas serão realizadas.⁸⁷

Estas atividades eram concretizadas por uma equipe maior, além dos naturalistas, existiam geólogos, cartógrafos e riscadores (desenhistas que estariam aptos para descrever a natureza em ilustrações). Os espécimes deveriam ser acondicionados e classificados, e os desenhos seriam enviados para Lisboa ou Coimbra. Relatórios mensais deveriam ser confeccionados relatando as atividades realizadas na expedição.⁸⁸ Os homens que eram preparados em Coimbra (Universidade) e em Lisboa (Academia) tinham a função de coletar e analisar todo esse material. A Coroa havia criado, por seu turno, Subsídios Literários e outros impostos e mecanismos que pudessem fomentar a pesquisa.⁸⁹

Os homens de ciência que iam para ambientes inóspitos, desde o sertão amazônico ao sertão do agreste, estavam inseridos dentro de uma rede de poder. Não havia naquele momento a possibilidade de ser naturalista sem o apoio estatal, pois naquele período realizar tais tarefas poderia ser demasiadamente caro. Além do mais, era uma forma de solicitação de mercês ao monarca em função dos serviços prestados à Coroa.⁹⁰ Entretanto, a pesquisa naturalista não se limitou tão somente à fauna, à flora e aos minerais, mas constituiu em si mesma uma reflexão sobre a definição de humanidade.⁹¹

⁸⁶ MUNTEAL FILHO. *Op. cit.*, p. 488-489.

⁸⁷ RAMINELLI. *Op. cit.*, p. 102.

⁸⁸ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “Tapuia – A inversão do índio da Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792)”. In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 56.

⁸⁹ MUNTEAL FILHO. *Op. cit.*, p. 503.

⁹⁰ Por mercê se entende as recompensas dadas aos serviços prestados a Coroa. Nos séculos XV-XVIII eram em sua maioria dedicados para fins militares. Mas no decorrer do XVIII poderia ser também por serviços outros que no caso destacado é para a exploração científica. RAMINELLE. *Op. cit.*, p. 135; 137.

⁹¹ A racionalidade será o quesito diferenciador do ser humano em relação aos demais animais, mas será posto em igualdade no quesito biológico. Isso é um diferencial crucial com as teorias de Lineu que classificará o homem em gênero e espécie, consolidando a dessacralização do corpo. Fenômeno que já vinha se desenvolvendo deste o século XVI com o Renascimento e a defesa da teoria heliocêntrica (a Terra gira em torno do Sol) em detrimento da geocêntrica (outrora defendido pela Igreja e seria a teoria

Regina Horta destaca uma faceta “verde” do imperialismo, um aspecto preservacionista, mas que não deve ser confundido com o sentido que ganha hoje pelos defensores do meio ambiente. Preservar o meio natural não tinha relação com seu valor intrínseco, o contato do conquistador europeu com os recursos naturais e sua prática exploratória não isentou o meio ambiente de consequências drásticas. Tal questão não passou despercebida por alguns indivíduos que notaram as mudanças climáticas, alterações na fauna e flora, etc.⁹² Sobre o tema da exploração do mundo natural, Regina Horta também usa a metáfora do homem desejoso de voltar para o Jardim do Éden onde havia sido expulso. De fato, os pioneiros dos novos jardins do Velho Mundo foram os de Pádua, em Veneza, e o de Pisa, sob os Médici. No caso do primeiro, foi construído em uma disposição circular, dividido em quatro partes, cada qual representando uma parte do mundo, simbolizando um passeio ao “mundo botânico”. Assim, a prática de construir jardins botânicos se disseminou no continente europeu a partir dos séculos XVII e XVIII. O condicionamento, a preocupação com o uso da água e as formas de se desenvolver tecnicamente a agricultura foram motivações para formação destes espaços exóticos. Por questões utilitárias, o expansionismo europeu se estabelece também como o controle simbólico do mundo, na busca incessante por catalogar os gêneros da fauna e flora que compunham o jardim de cada país.⁹³

Não foram apenas os naturalistas que, em tese, seriam os mais preparados para a remessa dos gêneros naturais, mas também os vice-reis, governadores das capitanias também o faziam, além de moradores, militares e eclesiásticos. Foram também utilizados os nativos de outras partes do Império para dividirem sua sabedoria acerca da natureza local.⁹⁴ Era objeto de pesquisa os usos dos gêneros para a farmácia, comércio, indústria e agricultura. Dependendo do dinamismo do governador de capitania, se atribuía mais ou menos valor a certas descobertas e certos lugares. O caso de D.

que o Sol girava em torno da Terra) este modo de pensar é significativo pois se refere ao local onde o corpo habita. Assim na teologia cristã a Terra seria o centro do Universo por ser o lugar da feitura maior de Deus – o homem – tirar (isso é teoricamente falando) este centro para pôr em algures é afetar diretamente o valor deste ser. Este modelo “dessacralizador” e cientificista se ampliará ainda mais no século XIX com a teoria da evolução de Charles Darwin. PRATT. *Op. cit.*; ARENDT. *Op. cit.*

⁹² DUARTE. *Op. cit.*, p. 55. A autora destaca que esta percepção foi mais visível nas ilhas que por sua dimensão ficava mais notável as transformações ecológicas em função das atividades do ser humano. Ilustra com os casos nas Ilhas das Canárias, Madeira e Santa Helena. Também destaca que foi na ilha Maurício que se teve uma política conservacionista. E o marquês de Buffon testou a relação entre atmosfera e a conservação da flora.

⁹³ *Idem, ibidem*, p. 56-57.

⁹⁴ DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no Império português no final dos Setecentos”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 8, p. 823-838, 2001, p. 806.

Francisco de Sousa Coutinho é exemplar ao construir, por exemplo, um jardim botânico na cidade de Belém, um dos primeiros que se tem registro na América portuguesa. Ali foram plantadas algumas amostras das chamadas “drogas do sertão”.⁹⁵ Antes de prosseguirmos, convém, entretanto, saber mais sobre as características da política de D. Rodrigo e sua relação com a exploração do mundo natural no final do século XVIII.

1.3.- D. Rodrigo de Sousa e a natureza do Império

D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi um político e diplomata do Império lusitano. Sua formação é devedora das políticas ilustradas de Pombal, que aliás era seu padrinho de batismo. Formou-se no Colégio dos Nobres e em nível superior pela Universidade de Coimbra. Na diplomacia, ocupou o cargo de ministro plenipotenciário na Corte da Sardenha, em Turim, nos anos de 1779 a 1796. Ainda que residindo longe da Corte lusitana, D. Rodrigo demonstraria seus conhecimentos acadêmicos aos homens mais ilustres do Reino. A Martinho de Melo e Castro mandou, em 1786, um plano de loteria anual baseado no *English State Lotery*, e neste mesmo ano apresentou uma memória à fiscalidade e finanças, em Portugal, sugerindo mudanças no sistema de taxaço de Portugal, que incluiria impostos sobre objetos de luxo, como carruagens e cavalos.⁹⁶ Em 1779, D. Rodrigo apresenta na Academia de Ciências de Lisboa a *Memória sobre metais preciosos*, evidenciado seu conhecimento acerca do debate concernente ao papel das conquistas nesse comércio. Escrito na Inglaterra, demonstrou na ocasião conhecimentos acerca do trabalho de Adam Smith, entre outros autores do período.⁹⁷

D. Rodrigo assume o cargo de ministro da Marinha e Ultramar (1796-1801) no período mariano. Tinha credenciais importantes para este cargo: filho de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, que foi embaixador em Madri e governador em Angola; D. Rodrigo foi educado por Frazini, que era tutor italiano do herdeiro ao trono, D. José.⁹⁸ Por outro lado, havia também entraves que dificultavam sua administração. A filiação com Pombal, para alguns autores, mais atrapalhou do que ajudou D. Rodrigo.⁹⁹ D. Rodrigo não estava em desacordo com o pensamento ilustrado-reformador de sua

⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 826; 828.

⁹⁶ SANTOS, Nívia Pombo Cirne. *Op. cit.*, p. 56.

⁹⁷ *Idem, op. cit.*, p. 56.

⁹⁸ MAXWELL, K. *A devassa da devassa: A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 234.

⁹⁹ SANTOS. *Op. cit.*, p. 50-52; 114.

época. Não havia em seu pensamento nada próximo de qualquer perspectiva ligada à contestação da Coroa ou da religião católica. Defensor dos estudos naturalistas, será protetor, sócio e um dos fundadores da Academia de Ciência.¹⁰⁰ E será mediante uma política naturalista-utilitária que se voltará para as potencialidades naturais e agrícolas do Império.

Nosso personagem era um estrangeirado, como muitos do período pombalino. Em sua administração como ministro estava cercado por um grupo de eruditos ilustrados formado segundo o princípio da univocidade da hierarquia burocrática. No seu governo, a Academia de Ciências, no Gabinete de História Natural, era a instituição por excelência da produção de conhecimento acerca da natureza do Império.¹⁰¹ Também fazia parte de seu projeto renovar as formas de agricultura e a introdução de novas técnicas rurais.¹⁰² Exigia dos governadores das capitanias e dos vice-reis das possessões relatórios técnicos sobre as potencialidades da natureza local, a produção agrícola e recursos humanos. Esta elite pensante lusa tinha acesso aos relatórios da Marinha sobre os recursos materiais e humanos de cada região, deste modo, saberiam quais seriam aqueles locais mais rentáveis potencialmente.¹⁰³

D. Rodrigo fundaria instituições complementares à Marinha no intuito de modernizá-la. Nesse sentido, o Observatório Real da Marinha foi criado em 15 de março de 1798, e tinha a função de complementar os estudos ministrados pela Academia Real da Marinha, fundada em 1779. Além de realizar observações astronômicas, esta instituição era responsável pelo ensino da astronomia. A Sociedade Real Marítimo e Geográfica foi fundada em 30 de junho de 1798 e tinha como objetivo confeccionar cartas militares e hidrográficas.¹⁰⁴ Estas instituições tinham funções de melhorar a defesa dos territórios ultramarinos e ampliar o entendimento acerca dos rios e de sua navegabilidade. Também tinha o objetivo de vigiar as fronteiras como forma preventiva contra possíveis ataques espanhóis ou franceses e da perigosa disseminação de ideais que pudessem questionar as prerrogativas da Coroa, Além de combater o

¹⁰⁰ MUNTEAL FILHO. *Op. cit.*, p. 69-70.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 70-71.

¹⁰² DIAS. *Op. cit.*, p. 117.

¹⁰³ CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 193;196.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 198-200.

contrabando.¹⁰⁵ Como veremos mais adiante, a atividade militar em si mesma é fundamental para entendermos a chamada ilustração portuguesa.

Também foi na administração de D. Rodrigo que se angariou o Correio-mor da mão de particulares.¹⁰⁶ Assim, era evidente o interesse em modernizar o sistema de comunicação do Império, como veículo de transmissão de informações através das cartas, do envio de correspondências aos administradores ultramarinos. Além do que, a renda da Correio-mor, avaliada entre 60 a 70 mil cruzados anuais, era importante acréscimo à Fazenda Real.¹⁰⁷ D. Rodrigo teve também um papel importante na fundação da Tipografia e Cacografia do Arco do Cego (1798), que será fundada a partir do princípio segundo o qual não bastava ser desenvolvido conhecimento naturalista-utilitário, mas que tais conhecimentos deveriam ser difundidos. Esta característica é fundamental na compreensão da política de D. Rodrigo, pois em seu ministério além de promover o melhoramento das atividades agrícolas e do extrativismo mineral, reconheceu-se a necessidade de difusão de tais conhecimentos.¹⁰⁸

D. Rodrigo vai articular interesses do Reino com os da elite ultramarina, formando em seus quadros burocráticos indivíduos naturais da América portuguesa. É o caso do Frei José Mariano de Veloso, franciscano mineiro e naturalista autodidata, que ocupará cargo chave na administração de D. Rodrigo. Mariano de Veloso teve sua interpenetração na sociedade letrada luso-brasileira através dos contatos pessoais e ocupação de cargos administrativos. Foi convocado pelo vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos, para fazer um amplo estudo da flora do Rio de Janeiro. Concluindo este trabalho tornou-se sócio da Academia de Lisboa, onde começou a manter contato com D. Rodrigo. Conquistando a confiança deste, será incumbido de fazer traduções de obras científicas do inglês, francês e alemão que versassem sobre o que houvesse de mais moderno nas técnicas agrícolas. Seu auge como editor será na Casa Literária do Arco do Cego que publicará, em sua curta existência de três anos, 80 obras.¹⁰⁹

¹⁰⁵ COUTINHO, Miria Marques. *D. Rodrigo de Souza Coutinho e o reformismo ilustrado: manutenção e exploração da América portuguesa no final do século XVIII*. Niterói: Dissertação de Mestrado (história) apresentada a Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 12. No que tange a vigilância das fronteiras é de se destacar que o comércio inter-colonial é também categorizado como contrabando. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise...* p. 181.

¹⁰⁶ SANTOS. *Op. cit.*, p. 113.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 113.

¹⁰⁸ COUTINHO. *Op. cit.*, p. 12.

¹⁰⁹ WEGNER, R. "Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial". *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 11, 131- 140, 2004. p. 131-132.

Assim, D. Rodrigo por meio da influência que o cargo lhe garantia, articulou com a Academia de Ciência, a Sociedade Real Marítimo Militar e a Casa Literária Arco do Cego para conduzir os eruditos que ocupavam esses espaços em benesse do reformismo ilustrado.¹¹⁰ Por outro lado, o temor de uma mudança política que rompesse a ligação entre Portugal e a América portuguesa era uma constante preocupação para D. Rodrigo. O governo português tomou medidas para que os ideais difundidos pela França revolucionária não estivessem circulando na Corte e em territórios ultramarinos. Os impressos deveriam chegar às conquistas, mas as ideias seriam aquelas que fomentassem a estabilidade do Império, o melhoramento técnico e o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que eram censuradas as obras que levantavam questionamentos sobre os seculares laços da relação conquista-Reino.

D. Rodrigo defendia a América portuguesa como parte principal do Império, ao mesmo tempo em que sua administração reconhecia o perigo da expansão das economias estrangeiras, França e Inglaterra. Para ambas potências, em sua ânsia imperialista, a América lusa era evidentemente uma área de interesse. Por isso, é importante compreender que a política de D. Rodrigo não defendia um Império *do* Brasil, mas um Império *no* Brasil. Essa diferença não é somente semântica, indica uma visão estratégica da administração ao pensar a formação de um Império não mais apenas português, mas luso-brasileiro.

Para atingir seus objetivos econômicos, o ministro formou uma equipe de bacharéis e cientistas luso-brasileiros para desenvolver a agricultura do Império mediante técnicas modernas. A agricultura era para D. Rodrigo, como era para os fisiocratas, a motriz da vida econômica de uma nação. Para tanto, D. Rodrigo não somente incentivava o aperfeiçoamento técnico das culturas já praticadas e valorizadas, como é o caso da cana-de-açúcar, mas incentivava também as que pudessem ter algum potencial econômico futuro. Por isso, o ministro exigia dos governadores das capitanias relatórios que dessem conta destas possíveis potencialidades.¹¹¹ Aliás, eram os governadores, como mediadores entre a elite local e o poder central, escolhidos por D. Rodrigo a partir de um perfil acadêmico, homens advindos principalmente da Universidade de Coimbra. Este grupo de letrados e acadêmicos ficará conhecido como

¹¹⁰ COUTINHO. *Op. cit.*, p. 96.

¹¹¹ COUTINHO. *Op. cit.*, p. 42-44; 82.

geração da “década de 1790”.¹¹² Este era exatamente o caso do então governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa.

¹¹² SANTOS. *Op. cit.*, p. 149; 220.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA NATURAL NO MARANHÃO E PIAUÍ

2.1. – D. Diogo de Sousa: um ilustrado no Maranhão?

D. Diogo Martim Afonso de Sousa Teles de Menezes (1755-1829), que assinava como D. Diogo de Sousa foi um engenheiro, militar e administrador fidalgo do Império Lusitano. Sua idade e sua trajetória acadêmica o faz pertencer ao grupo conhecido como a geração de 1790.¹¹³ Foi doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra. Foi ainda Capitão de Engenheiros dos Reais Exércitos e membro do Conselho de Sua Alteza o Príncipe Regente.¹¹⁴ Sua trajetória política foi rica, sendo governador de Moçambique (1793-1798), governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804), governador do Rio Grande do Sul, Vice-Rei de Goa e, por fim, ministro de guerra do curto reinado de D. Miguel, quando veio a falecer.

Ainda não há estudos mais sistemáticos sobre a história de vida e as atividades de D. Diogo no Império. Sobre suas atividades no governo do Maranhão, a historiografia dos séculos XIX e XX se ocupou parcamente disso, mas diferente da avaliação quase hegemônica acerca do seu antecessor, D. Fernando Antônio de Noronha,¹¹⁵ os historiadores divergem sobre muitos pontos acerca do governo de D. Diogo.¹¹⁶ Na biografia feita por Mário Meireles, o livro mais completo sobre D. Diogo, obra encomendada pela direção do Museu Dom Diogo de Sousa em Bagé (RS), há bons exemplos dos lugares-comuns da historiografia local sobre os governantes do antigo Estado.¹¹⁷ Para Meireles, D. Diogo era fundamental na geopolítica regional da América portuguesa, tendo em vista que essa região estava em constante ameaça de invasão pela França através da Guiana Francesa. Além do mais, neste período estava em evidência os

¹¹³ Cf. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa...*

¹¹⁴ MEIRELES, Mário. *Dom Diogo de Sousa, Governador e Capitão-General do Maranhão e Piauí (1798-1804)*. São Luís: SIOGE, 1979.

¹¹⁵ D. Fernando Antônio de Noronha é, via de regra, considerado como um dos piores governadores do antigo Maranhão, a exemplo, tal como é definido por Godóis ou Meirelles. MEIRELES, Mário. *História do Maranhão*. São Luís: [S.N], 1958, p. 194.

¹¹⁶ GODÓIS, Antônio B. Barbosa de. *História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal – 2.ed.-* São Luís: AML/EDUEMA, 2008. MARQUES, César. *Dicionário histórico-geográfico do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon-fon, 1970.

¹¹⁷ MEIRELES, Mário. *Op. cit.* O museu em questão ainda existe e tem D. Diogo como patrono pois tal é considerado o fundador de Bagé no Rio Grande do Sul em 1811. Neste período era ele governador desta região.

ideais difundidos pela própria Revolução Francesa, o que colocava a Coroa portuguesa em alerta constante.¹¹⁸ Esta preocupação fica evidenciada numa correspondência trocada entre D. Rodrigo e D. Diogo. Em carta, datada de 4 de dezembro de 1799, D. Diogo ao ser questionado sobre uma suposta influência jacobina na região, afirma que a mesma não existiria, e mesmo que houvesse, sua administração seria capaz de repelir qualquer indício nesse sentido.¹¹⁹ Esse diálogo epistolar ocorre meses depois da chamada Conjuração Baiana (1798), evento que fez aumentar consideravelmente as preocupações entre os representantes da Coroa.¹²⁰

A historiografia maranhense, quando trata de D. Diogo, faz muitas vezes coincidente referência ao período em que Humboldt estaria nos “sertões maranhenses”.¹²¹ Alexander von Humboldt (1769-1859), conhecido explorador e geógrafo alemão,¹²² estava em sua famosa expedição em que adentraria a Amazônia para conhecer seus afluentes. A chamada questão Humboldt iniciou-se no momento em que D. Diogo mandou prender o explorador, sob o argumento de que o mesmo era um prussiano com ancestralidade francesa, advindo do governo de Napoleão, e que poderia divulgar, supostamente, ideais revolucionários na região. Por sorte, Humboldt estava na Venezuela no momento em que foi expedida a ordem de prisão. Além do mais, não consta que o famoso prussiano tenha adentrado a América portuguesa nesse momento.¹²³ Mário Meireles estava entre aqueles que relativizou a importância do caso, indicando tratar-se muito mais de uma atitude preventiva do que uma ordem arbitrária.¹²⁴

D. Diogo de Sousa é nomeado governador e capitão-general do Maranhão e Piauí em 25 de agosto de 1798. Sua chegada já era muito aguardada, sobretudo pelos elogios que mereceu da rainha pelos bons serviços que tinha realizado na governança de

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 25-29. LOPES, Siméia de Nazaré. *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830)*. – Tese (doutorado em História Social), UFRJ. Rio de Janeiro, 2013, p. 289-291.

¹¹⁹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a existência ou não de "princípios jacobinos" na capitania do Maranhão. São Luís, Maranhão. 04/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8489.

¹²⁰ Cf. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa...* p. 244-246. Diferente da Inconfidência Mineira, que tinha inspiração na independência dos Estados Unidos, a Conjuração Baiana tinha inspiração na Revolução Francesa.

¹²¹ SERRA, Astolfo. *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 157.

¹²² DUARTE, Regina Horta. *Op. cit.*, p. 54-55.

¹²³ MEIRELES, Mário. *Op. cit.*, p. 42.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 41-47.

Moçambique. Mas houve atrasos em sua chegada, ensejando um aviso de que o mesmo deveria tomar posse imediatamente, assim que aportasse no Estado, o que teve imediata ressonância na câmara que logo o empossou.¹²⁵ Ao final da viagem, D. Diogo informa a D. Rodrigo sobre sua chegada, contando detalhes sobre a jornada, incluindo um ataque de corsários franceses, o que levou o navio a quase naufragar na Baía das Preguiças, fundeando no dia 4 de agosto de 1798 na cidade de São Luís.¹²⁶ O próprio D. Fernando Antônio de Noronha faz uma avaliação pessoal acerca de seu sucessor:

“Chegou o meu sucessor a esta Colônia em o dia três d’Outubro e tomou posse a seis do dito mês do ano corrente. Nas conferencias que temos tido sobre matérias do Real Serviço, observei o unir aos saudáveis esforços d’hum espirito iluminado, a fidelidade, o zelo, a inteireza, a imparcialidade, e a pratica d’aquelas virtudes sociais que podem solidamente elevar esta conquista a ultima prosperidade. Uma tão feliz escolha suaviza o meu sacrifício, e logo que o tempo me permitir uma viagem cômoda terei a hora de certificar pessoalmente na Presença de VEx^a os mais sinceros sentimentos de agradecido”.¹²⁷

As características que D. Fernando atribui ao novo governador são as de um funcionário ideal, ou seja, de um homem da Coroa com as características necessárias para governar e prover o bem-comum. De fato, D. Diogo rapidamente irá demonstrar interesse pelo desenvolvimento do ensino nos moldes europeus da época. No período, havia em São Luís o ensino elementar com três cadeiras: filosofia, retórica e gramática latina. O governador instituirá uma quarta: História Natural e química, seguindo uma tendência europeia.¹²⁸ É verdade que, antes de seu governo, houve indivíduos que se

¹²⁵DECRETO do príncipe regente D. João para o Conselho Ultramarino, a nomear D. Diogo de Sousa para governador e capitão-general da capitania do Maranhão. 26/02/1798. *AHU-MA*, cx. 96 d. 7850. OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando Antônio de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a aposta feita por José Gonçalves da Silva de que o primeiro comboio que chegasse do Reino traria o nome do sucessor do governo do Maranhão. Maranhão. 10/05/1798. *AHU-MA*, cx. 98, d. 7941. CARTA dos oficiais da câmara para a rainha D. Maria I, sobre a tomada de posse de D. Diogo de Sousa como governador e capitão-general do Maranhão. São Luís, Maranhão. 20/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8143.

¹²⁶CARTA dos oficiais da câmara para a rainha D. Maria I, sobre a tomada de posse de D. Diogo de Sousa como governador e capitão-general do Maranhão. São Luís, Maranhão. 20/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8143.

¹²⁷OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando Antônio de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a chegada do seu sucessor, D. Diogo de Sousa, à capitania e as reuniões que têm tido. Maranhão.07/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8133.

¹²⁸OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o

ocuparam da exploração da natureza local. No entanto, eram quase sempre indivíduos sem formação específica, religiosos, funcionários públicos ou militares de carreira. As viagens exploratórias, antes, também não resultavam em análises consideradas científicas, mas fruto de conhecimentos adquiridos por meios da observação e contato com os nativos, tinham outros objetivos e não chegavam a construir um padrão metodológico a ser seguido.¹²⁹ De fato, foi na gestão do governador D. Diogo que pesquisadores fixos estudariam a região no interesse da administração do Império. Além disso, serão eles que remeterão os produtos naturais para São Luís, e daí para os gabinetes de estudos em Portugal. Neste grupo, como veremos mais adiante, dois pesquisadores ganhariam destaque: o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e o vigário de Valença, o padre Joaquim José Pereira.

Tal como vimos no capítulo anterior, a instituição de “jardins” aptos ao estudo da natureza não é incomum na cultura ilustrada europeia.¹³⁰ D. Francisco de Sousa Coutinho, governador do Pará entre os anos de 1790-1803, foi provavelmente o primeiro a realizar este tipo de projeto na América portuguesa. O interesse era o estudo e, mais tarde, o próprio cultivo das chamadas drogas dos sertões. Este projeto também será realizado por D. Diogo com espécies enviadas e analisadas pelo bacharel Vicente Cabral Dias. Os gêneros vegetais são priorizados, sobretudo aqueles de conhecimento dos nativos e que pudessem ter alguma finalidade para a economia do Império.¹³¹ Vale a pena identificar algumas das plantas e animais que mais chamaram a atenção na época do governo de D. Diogo.

2.2. - Extrativismo e naturalismo-utilitário

Na época, a flora poderia ser explorada de duas formas: por meio do extrativismo (recolhidos diretamente nos sertões) e através da agricultura (com cultivos transplantados dos sertões para as proximidades das cidades). No caso do aproveitamento da fauna, do mesmo modo, há o extrativismo animal ou a criação

estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8767.

¹²⁹ DOMINGUES, Ângela. *Op.cit.*, p. 806.

¹³⁰ HORTA, Regina. *Op. cit.*, p. 56-57.

¹³¹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8759.

sistemática através da pecuária. O extrativismo para fins científicos era realizado também por militares, como Antônio Correia Furtado Mendonça, mestre-de-campo da vila de Alcântara, que igualmente realizava este tipo de tarefa. Assim, não havendo disponibilidade de naturalistas de formação acadêmica, o trabalho de recolha e de análise poderia ser realizado também por aqueles que tivessem algum conhecimento, geral, sobre a natureza da região.¹³²

Neste tópico pretendemos apresentar o extrativismo animal, vegetal e mineral a partir da política administrativa de Lisboa para o Maranhão e Piauí na época do governo de D. Diogo. Era de interesse da elite administrativa, personificada na figura de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que fossem estudadas as propriedades naturais da região.

Em agosto de 1798, D. Fernando informa sobre a casca de uma árvore febrífuga, advinda da capitania do Piauí (em Campo Maior, freguesia de Piracuruca). Os habitantes a chamavam de quina, e D. Fernando chega à conclusão que tem o mesmo efeito da casca *pruviana*. Esta conclusão é legitimada por um especialista, que é referido somente como “cirurgião Alvarenga”, e que obteve resultados com a *droga*, curando diversas pessoas.¹³³ Em 1800, D. Diogo de Sousa remete, através do navio União, duas grandes caixas com 5 plantas medicinais.¹³⁴ São remetidas igualmente as descrições feitas pelo naturalista Dias Cabral. Na realidade, nem os nomes e propriedades vão especificados na documentação conhecida. Entretanto, além destas plantas medicinais, vai uma caixa com cochonilha (tintura extraída do inseto do mesmo nome que se alimenta desta erva)¹³⁵. Cabe notar que nos caixotes além dos exemplares vão desenhos do espécime e uma pequena bolsa contendo um saco com as raízes das ditas plantas,

¹³²DOMINGUES, Ângela. Op.cit., p. 806.

¹³³OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. Maranhão. 23/08/1798. AHU-MA, cx. 100,d. 8078.

¹³⁴OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter duas caixas com plantas medicinais e uma com cochonilha. São Luís, Maranhão. 02/06/1800. AHU-MA, cx. 111, d. 8654.

¹³⁵ Por meio do inseto cochonilha (*Dactylopius Coccus*) se fazia tinta a partir da qual os nativos da América castelhana usavam para fins religiosos. Os espanhóis ao aprenderem a feitura desta tinta a utilizaram para fins comerciais e vão quase que monopolizar esta produção, que era feita principalmente no Peru e Iucatã. Como, desde o XVII, havia uma valorização do mercado têxtil com a consequente potencialização das *especiarias tintoriais*, haverá uma intensa tentativa de franceses e portugueses de competir por esta produção com os castelhanos. Sobre o tema, ver: CHAMBOULEYRON, Rafael; CARDOSO, Alírio. “As cores da conquista: produtos tintórios e anil no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. *Locus* (UFJF), v. 20, 2014, p. 63; 66. WEHLING, Arno. “O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, mecanismo, exemplificações”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 316, jul-set. 1978, p. 230; 231. MARQUES, Pablo Rodrigues. *A Academia Científica e a família Paiva: a ilustração no Rio de*

“excetuando as da contra-erva, por serem já conhecidas nas oficinas”.¹³⁶ Como ocorria algumas vezes, as amostras foram enviadas diretamente para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o que demonstrava a diligência especial que aquele governante tinha com relação aos produtos da terra.¹³⁷ Outras tantas ervas ganhariam destaque, a exemplo da erva São Caetano, descrita pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral. Essa planta, aliás, supostamente continha propriedades febrífugas, mas também efeito curativo sobre feridas e problemas de pele, embora houvesse a suspeita de conter substâncias abortivas, poderia servir para regular a menstruação.¹³⁸

A administração central do Império incentivava o envio de plantas exóticas de suposto valor medicinal ao Reino. Há uma ordem expressa da Coroa para que os moradores enviem todas as cascas, sementes, raízes, gomas e plantas que possuam alguma reputação curativa.¹³⁹ Com estas remessas iam a suas descrições terapêuticas comprovadas e as que ainda estavam sendo avaliadas. Isto demonstra que os interesses de Lisboa e o conhecimento dos “cientistas” estavam atentos ao conhecimento nativo e dele tirava proveito.¹⁴⁰ No entanto, isso não quer dizer que estes conhecimentos fossem aceitos sem passar por um determinado crivo. Deste modo, o que será aceito para fins comerciais e de interesse científico são gêneros aprovados em testes realizados em gabinetes naturalistas na Europa. Há comparações também entre gêneros já conhecidos e novas ervas, a exemplo de uma planta apresentada por Vicente Dias Cabral que, apesar de se assemelhar à planta de nome quina-quina, e receber ocasionalmente o mesmo nome, tratar-se-ia de um gênero distinto.¹⁴¹

Nas considerações de Vicente Dias Cabral, há também argumentos contra aqueles que, sem um método científico adequado, iam propagando duvidosas

Janeiro dos vice-reis (1772-1789). – Dissertação (mestrado em história política) – UERJ. Rio de Janeiro, p. 104-121.

¹³⁶ OFÍCIO... *AHU-MA*, cx. 111, d. 8654.

¹³⁷ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757

¹³⁸ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

¹³⁹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ficar na inteligência de remeter todas as cascas, raízes e sementes, que se reputarem medicinais. São Luís, Maranhão. 17/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8793a.

¹⁴⁰ Cf. CALAINHO, Daniela Buono. “Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial”. *Tempo* (UFRJ), nº 19.

informações medicinais de determinadas ervas. Nesse sentido, este naturalista relata seu conflito com um tal Inácio Pires. Cabral acusa Inácio de agir segundo interesses exacerbadamente financeiros. O bacharel ainda chama a atenção de D. Rodrigo acerca desta questão em outros casos:

“Devo advertir desde já a V. Ex.^a que se não pode dar credito as vozes vagas, que os homens do certo espalham em abono de muitos vegetais afirmando que certas moléstias [diurnas], como o [dei] sangue do peito se curam instantaneamente, e mesmo há como numa espécie de superstição do mestiça tal, que não haveria, a dar-se lhe credito, um só vegetal, ao qual se não atribuisse milagres, quando nenhuma outra pessoa o ouviu dizer; o que nasce sem dúvida de se achar, a gente do certo sem socorro algum nas suas enfermidades, e querendo sarar, aplicam ora remédios indiferentes, e ora perigosos, e como vença a força da natureza á enfermidade, sem mais outra prova contão prodígios mal fundados”.¹⁴²

Deste modo, o bacharel se valendo de sua legitimidade acadêmica, põe em causa muitas das ervas que tinham sido apresentadas como salutares, e de cujo valor só a superstição dava crédito. Cabral argumentava que a sabedoria popular não poderia substituir a análise científica. E por isso mesmo sua posição se torna cautelosa para com relatos de curas realizadas sem o teste devido. Cabral, em certo momento, chega a alertar a D. Rodrigo de que somente enviará plantas se o “crédito for bem fundado”.¹⁴³

Não eram somente plantas medicinais as enviadas por D. Diogo, mas todas as que tivessem alguma potencialidade econômica. É o caso do envio da erva linhosa, própria para a produção de papel, ou, de outro modo, as amostras de um óleo feito a partir da casca da árvore *Merim*, que segundo consta tem cheiro bom e serve para tintura.¹⁴⁴ Ainda sobre a erva linhosa, o governador D. Diogo providenciou amostras de dez tipos, revelando que as mesmas foram descobertas pelo sargento de milícia de

¹⁴¹OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8759.

¹⁴² *Idem, ibidem.*

¹⁴³ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁴OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de uma amostra de erva linhosa e de óleo mearim. São Luís, Maranhão. 22/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, d. 8599.

Alcântara, José de Carvalho.¹⁴⁵ Estava claro, portanto, que para D. Diogo as plantas, com o cultivo e administração corretos, serviriam para diversos propósitos e atividades economicamente interessantes ao Império.

As análises das propriedades de cada erva são feitas de imediato e mandadas para a cidade de São Luís, e depois são remetidas para Portugal. D. Diogo faz uma avaliação básica das espécies de erva linhosa, inúmera cada tipo atribuindo uma qualificação de 1 a 10, para sua melhorar sua catalogação, de acordo também com as condições em que se encontravam no momento da coleta. Assim, do número 1 a 5 há basicamente as mesmas características, indicando serem arbustos, sem flores, que foram recolhidos antes de estarem sazoadas. O número 5, indica que são duas estrigas recolhidas em tempos distintos. O número 6, indicava a existência de uma madeira mais mole que as anteriores. As de número 7 são como malva branca advinda de Alcântara. As de número 8 são espécies de malva da região de Guimarães que precisam de certo tempo para macerar. As de número 9 contêm as mesmas qualidades das antecessoras, porém são colhidas antes de sazoadas. As de número 10, vulgarmente conhecidas como *quiabo*, levaram 8 dias para macerar. Deste modo, são sistemáticas as informações para efeito de catalogação.¹⁴⁶

Vicente Dias Cabral, no mesmo documento citado acima, enfatiza a potencial importância econômica da erva de São Caetano no fabrico do papel. Como estratégia de convencimento junto à Coroa, o bacharel não deixa de citar narrativas históricas bem conhecidas sobre plantas semelhantes entre egípcios e chineses. Ao final, Cabral chega à conclusão de que a erva luso-maranhense teria vantagens sobre outras plantas fibrosas usadas no mundo para o fabrico do papel: as ortigas, espartos, juncos, ananás, malvas americanas, dentre outras. Segundo ainda o bacharel Cabral, existiria uma vantagem da São Caetano em relação às demais espécies: sua disponibilidade e preço de mercado, por crescer fácil em grande quantidade e em literalmente qualquer lugar. Cabral, em outro momento, detalha o método que se usa para extração da tal erva:

¹⁴⁵OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de diferentes amostras de linho para o Reino. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8756.

¹⁴⁶OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

“Estando a erva no estado de sua madureza o que se conhece por ter muitas folhas amarelas, cortam-se as Torras delgadas, e a limpando-se do risco, põe-se n’água por poucos dias, logo que com facilidade largue acutecula se retira a erva d’água, lava-se com cuidado, e a fim fica a fibra branca sem mais trabalho. Parece-me que o meu raciocínio não será errado, e nem a ser que esta fibra pisada, e macerada servirá pelo menos para a fábrica de papel Ordinário tal qual é o das impressas de Veneza e Alemanha”.¹⁴⁷

Quase nos mesmos termos, Vicente Cabral Dias vai falar sobre o tabaco. Para o bacharel, à imitação do que se faz na Virgínia (estado norte-americano), poder-se-ia fabricar rapé sem grandes custos. Para ele, a planta era “superior a todas que tenho visto da nossa América”. O próprio governador, D. Diogo, dá conta da variedade do tabaco encontrado, que é conhecido pelos moradores como *petûm* e que supostamente seria de uma espécie até então pouco conhecida.¹⁴⁸ Em geral, D. Diogo se mostra bastante satisfeito com as análises prévias sobre o tabaco, o que ensejou outros estudos sobre o *petûm*. Mesmo com a negativa da Coroa, o governador insiste sobre a necessidade de reanalisar as amostras já enviadas ao Reino e comprovar seu verdadeiro valor comercial.¹⁴⁹

Em carta de 1801, D. Diogo cumprindo com ordem dada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remete “toda a qualidade” de sementes de plantas que possuam flores cheirosas e formosas.¹⁵⁰ Não há muitos detalhes sobre essa ordem. O que se sabe é que havia um mercado ultramarino para essas plantas a partir de seus valores olfativos. Russel-Wood destaca que na rede intercontinental do Império Lusitano havia espaço para a perfumaria como madeira de sândalo (Timor), madeira de aloés (sudoeste asiático), cânfora e benjoim de goma negra (Sião e Pegu), almíscar (China), dentre outros.¹⁵¹ Além da questão aromática, era de interesse a construção de jardins financiados pelas Coroas da Europa, prática bastante difundida a partir de meados do

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁸ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um caixão com tabaco vulgarmente chamado "Petum". São Luís, Maranhão. 27/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8763.

¹⁴⁹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a suspensão da remessa de folha de tabaco. 13/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8785.

¹⁵⁰ OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a remessa de sementes de flores. São Luís, Maranhão. 26/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8933.

¹⁵¹ RUSSELL-WOOD. *Um mundo em movimento...*p. 198.

século XVIII.¹⁵² Estes jardins tinham função pragmática: o estudo das plantas exóticas, mas também serviam para o deleite da elite que apreciava os passeios nestes locais, experimentando o ambiente natural por meio do tato, visão e olfato. Por isso, o envio de plantas que fossem aromáticas e que possuíssem flores era uma questão importante para D. Rodrigo.

Outra possível fonte de renda são as madeiras. No governo de D. Fernando de Antônio de Noronha há remessas de madeiras de distintas qualidades para o Reino.¹⁵³ Ao mesmo tempo, o príncipe regente determina questões relativas à necessidade de preservação das matas.¹⁵⁴ A ênfase é novamente o potencial econômico das madeiras nativas, que serviriam como produto de exportação para as marinhas das nações estrangeiras. Em carta, datada de 26 de outubro 1797, remetida ao governador D. Fernando Antônio de Noronha, há algumas indicações de como deveriam ser preservadas as florestas. Segundo a missiva, toda vegetação nas costas marítimas seria propriedade exclusiva da Coroa, proibida a concessão de sesmaria nestes locais. Ainda, segundo a carta real, dever-se-ia realizar demarcações em toda a extensão da capitania do Maranhão, se possível, com auxílio de mapas. Além do mais, seriam remetidas amostras de diferentes madeiras contendo indicações dos seus nomes, com as respectivas avaliações sobre o seu valor econômico.

Ainda no século XVI, os carpinteiros do Reino perceberam que as madeiras da América portuguesa tinham maior resistência e durabilidade na água salgada em relação àquelas provenientes da Ilha da Madeira.¹⁵⁵ A ordem real para a conservação de árvores que pudessem ter utilidade na construção civil e naval não se deu, entretanto, por razões preservacionistas, mas por questões estratégicas e geopolíticas.¹⁵⁶ De outro modo, em muitos relatos de época, já há registros seguros sobre a falta de conservação das matas por não existirem mais florestas contínuas com árvores de madeiras de construção. No

¹⁵² DUARTE, Regina Horta. Op. cit., p. 56-57.

¹⁵³ OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo a relação das amostras de diferentes madeiras que seguiram no bergantim Europa. Maranhão. 01/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8128.

¹⁵⁴ OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando conta do estado em que se encontram as diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8263.

¹⁵⁵ RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o Império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 54.

¹⁵⁶ DUARTE, Regina Horta. Op. cit. p. 56-57; 68.

Maranhão não é diferente.¹⁵⁷ Assim, em outro documento, D. Diogo vai propor a proibição da exploração de florestas contínuas, e as que são “paus reais”, ou seja, aquelas que conforme carta régia pertenciam à Monarquia. A posição de D. Diogo não era única na América portuguesa frente ao preservacionismo tático da Coroa, como lembra Regina Horta.¹⁵⁸

A Coroa se interessou por outra atividade, considerada tradicional entre os nativos, mas que poderia ser explorada comercialmente: a caça. Na administração de D. Diogo, para fins científicos, foram enviados muitos espécimes animais para Lisboa. Uma diversificada fauna foi difundida pelo Império. Ao apresentar a natureza de determinados lugares com seus animais exóticos, a Monarquia tratava de promover comercialmente tais lugares. Algumas vezes, os animais eram embalsamados para objetivos científicos. Outras vezes, funcionavam como perfeito presente aos monarcas visitantes.¹⁵⁹ Algumas outras vezes, eram enviados espécimes vivos. Assim, o governador D. Diogo chega a enviar um filhote de jacaré de três meses, indicando como deveria ser tratado o animal até a sua chegada ao Reino.¹⁶⁰

O interesse final no envio deste tipo de curiosidade natural era econômico. Em outro documento, por exemplo, D. Diogo especula sobre a possibilidade de permitir a pesca de baleias. Neste último caso, a carne seria usada para alimentação, além da extração comercial do óleo para iluminação pública, produção de sabão e mesmo para composição da argamassa em construções.¹⁶¹ Há outros envios sugestivos no mesmo período: quatro exemplares de casulo de seda silvestre e algumas aves.¹⁶² A seda tem

¹⁵⁷ OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8265. RAMOS, Fábio Pestana. Op. cit., p. 207.

¹⁵⁸ DUARTE, Regina Horta. Op. cit., p. 70.

¹⁵⁹ RUSSELL-WOOD. *Um mundo em movimento...p. 274-275.*

¹⁶⁰ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de uma amostra de erva linhosa e de óleo mearim. São Luís, Maranhão. 22/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, d. 8599. Para manter os espécimes com vida na viagem oceânico vai se desenvolver formas de manter a segurança dos animais, assim é que para tanto, havia estudos das características da fauna. (RUSSELL-WOOD. Op. cit., p. 275-276)

¹⁶¹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter as relações dos ofícios enviados pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para a capitania do Maranhão, em 1798. Maranhão. 11/01/1799. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8187. COMERLATO, Fabiana. “A baleia como recurso energético no Brasil”. *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*. Florianópolis, 2010, p. 1126-1136.

¹⁶² OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de aves para o Reino. São Luís, Maranhão. 26/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8934.

seu papel fundamental na indústria têxtil, enquanto as aves eram um atrativo para colecionadores deste tipo de fauna, devido à valorização da beleza da plumagem e/ou do canto. Além do que, as penas também eram usadas na confecção de vestimentas.¹⁶³

Havia interesse também no extrativismo mineral. Em 9 de outubro de 1796, o militar Antônio Correia Furtado Mendonça, natural do Maranhão, dá informação de que encontrou salitre nos sertões do Maranhão. As informações são enviadas para D. Luís Pinto de Sousa Coutinho, na época ministro da Marinha e Ultramar. O salitre, como se sabe, tinha um papel cada vez mais importante na área militar.¹⁶⁴ Por isso, Furtado Mendonça dá conta de que foi recolhida no Piauí, por ordem do governador da época, D. Fernando de Noronha, quantidades do minério. Furtado Mendonça envia estas amostras para análises em Portugal. Em certo momento, Mendonça teria considerado esse produto como o “salitre perfeito” para o fabrico da pólvora. No que diz respeito à carta de Furtado Mendonça, se por um lado há uma pretensão objetiva e científica, por outro, há um manifesto interesse na obtenção de mercês pelos serviços prestados, valendo-se em seu discurso epistolar de uma tautologia comum na época: a do bom vassalo, ao ponto de “dar a última gota do meu sangue, e exalar a vida no seu Real serviço...”. Passaria a ser cada vez mais comum que o explorador se apresentasse assim na obtenção das graças da Coroa para efeito de nobilitação.¹⁶⁵

D. Diogo também acusa o recebimento de 5 cópias de cartas de João Pereira Manso que falavam sobre o estabelecimento de uma nitreira artificial na Vila de Santos (São Paulo). Esta informação é importante, pois sugere a pretensão de fabricar nitrato de potássio.¹⁶⁶ É importante destacar que há duas formas de nitreira: a natural, que era predominante na América, pois as condições climáticas eram favoráveis; e a artificial, mais comum na Europa, que não possuía boas condições naturais para a formação de nitrato de potássio.¹⁶⁷

¹⁶³ RUSSELL-WOOD. Op. cit., p. 275-276.

¹⁶⁴ OFÍCIO do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, Antônio Correia Furtado de Mendonça, para Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as suas descobertas de cochinhilha, cânhamo silvestre e, recentemente, de salitre. 09/10/1796. AHU-MA, cx. 92, d. 7597.

¹⁶⁵ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarina...* p. 60-63.

¹⁶⁶ Sobre João Manso será destacado mais informações sobre ele.

¹⁶⁷ GANDOLFI, Haira Emanuela; FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. “As nitreiras no Brasil dos séculos XVIII e XIX: uma abordagem histórica no ensino de ciências”. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2014, p. 281-282. FERAZ, Márcia Helena Mendes. “A produção de salitre no Brasil Colonial”. *Química Nova*, 23 de jun. de 2000, p. 847-848.

Entretanto, na capitania do Maranhão, aparentemente, não foram encontradas terras salitrosas de boa qualidade. No Piauí, ainda se avaliava na época as potencialidades das minas encontradas. Por fim, para D. Diogo o melhor local para o estabelecimento de uma nitreira artificial seria nos Campos de Anajatuba. Sobre o tema da exploração do salitre, D. Diogo gostava de citar Chaptal, autor de *Enciclopédia Metódica*.¹⁶⁸ Este não foi um caso isolado. O governador gostava de ler e ter a companhia de naturalistas, fazendo disso uma marca de seu governo.

2.3. - Naturalistas no sertão

D. Diogo contava com conhecidos exploradores, principalmente o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e o padre Joaquim José Pereira. Muitos dos gêneros, minérios, fauna e flora, remetidos a Lisboa foram fruto do trabalho destes homens.¹⁶⁹ Ainda são necessários estudos mais sistemáticos sobre estes indivíduos, mas há questões relativas a sua atuação que merecem atenção.

O padre Joaquim José Pereira, Vigário de Valença, como era conhecido, por ser pároco de Valença do Piauí, era um dos exploradores oficiais de D. Diogo. Não se sabe muito sobre a sua trajetória de vida, além das missões que fez aos sertões do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará.¹⁷⁰ Na capitania do Maranhão realizará duas viagens, a primeira ocorrerá entre 1794 e 1797 e foi registrada em uma *memória* descritiva.¹⁷¹ A segunda viagem iniciou-se em 1799, e teve como ponto de partida a cidade de São Luís, em direção ao sertão do Piauí. Em 1800, o Vigário de Valença se encontra com o bacharel Vicente Dias Cabral, na região conhecida como Aldeias Altas,

¹⁶⁸ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos cinco exemplares da carta escrita por João Manso Pereira relativas às nitreiras artificiais. São Luís, Maranhão. 14/10/1800. AHU-MA, cx. 113,d. 8787.

¹⁶⁹ Antes destes, este tipo de trabalho era atribuído a quem pudesse realizar tal atividade. Assim era comum que militares o fizessem, como por exemplo o já citado Mendonça Furtado.

¹⁷⁰ BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1723-1822)*. – Dissertação (apresentado ao Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010, p. 10.

¹⁷¹ PEREIRA, José Joaquim. *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número de freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conselheiro, ministro e secretário de estado dos negócios da marinha*. RIHGB, v. 20, 1904.

e de lá seguem viagem juntos. Esta jornada levará três anos e terá como resultado uma rica produção acadêmica.¹⁷²

Já falamos em outras partes desse trabalho sobre o bacharel Vicente Dias Cabral. Sabe-se um pouco mais de sua trajetória de vida, se comparamos com Joaquim José Pereira. Cabral nasceu em Tejuco (atual Diamantina) e teve formação superior na reformada Universidade de Coimbra. Depois de formado vai morar em São Luís, onde exerceu a advocacia por pelo menos 10 meses, e simultaneamente foi encarregado do jardim botânico da cidade. Em 1800, o bacharel abandona a advocacia para se dedicar exclusivamente ao naturalismo.¹⁷³ Por ter realizado atividades de coleta e análise de produtos da terra e não tendo sido financiado pelo Coroa, D. Diogo intervirá frente à administração central do Império para que Cabral fosse reconhecido como “homem da ciência”, e compensado por seu trabalho.¹⁷⁴ A experiência de Vicente Dias Cabral nos sertões do Maranhão o fez bastante requisitado na tarefa de demarcação das fronteiras entre Maranhão e a capitania de Goiás, em 1815. De fato, Cabral nunca concluiria o trabalho, devido a sua morte prematura será substituído pelo militar Francisco de Paula Ribeiro.¹⁷⁵

Nas diversas correspondências entre os naturalistas do Maranhão e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, não há especificações sobre uma equipe oficial de exploradores. Em alguns documentos, há a indicação de equipes de riscadores, e outros profissionais, mas não mais que isso.¹⁷⁶ Por outro lado, Dias Cabral estava em constante contato com D. Diogo acerca de suas atividades como naturalista. O próprio governador, por sua vez, reportava para D. Rodrigo de Sousa Coutinho tais atividades. Vicente Dias Cabral tem, assim, a tripla função de coletar gêneros naturais (fauna, flora e minerais), remetê-los para São Luís e, em seguida, para Lisboa. Soma-se a isso ainda a função de avaliar as potencialidades naturais e econômicas destes produtos, em outras palavras, apontar

¹⁷² BONATO, Tiago. Op. cit., p. 11-12.

¹⁷³ Idem, ibidem, p. 12-13.

¹⁷⁴ MEIRELES, op. cit., p. 40-41. CARTA do governador e capitão-general da capitania do Maranhão, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, para o príncipe regente D. João sobre os ofícios dirigidos ao presidente do Real Erário, pela Junta da Real Fazenda, a respeito do vencimento do professor de Retórica da cidade de São Luís do Maranhão, Vicente Jorge Dias Cabral. São Luís, Maranhão.1807, AHU, cx. 152, d.10935.

¹⁷⁵ AVISO do Ministério do Império. Secretária do Governo: 1812-1819. São Luís. 16/02/1815. *APEM*, Códice, doc. 04, p. 52 v. BONATO, Tiago. Op. cit., p. 13.

¹⁷⁶ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8759.

quais as utilidades pragmáticas para fins econômicos, medicinal, alimentar, fabricação de tecidos e papeis, construção civil e militar, etc.

Nesse sistema, o governador se responsabiliza por fiscalizar os trabalhos dos naturalistas, remetendo os produtos para Portugal. Ademais, como já se evidenciou em outros momentos neste trabalho, o governador também estava apto para expressar-se acerca dos produtos enviados, inclusive avaliar as potencialidades econômicas que o Império português poderia auferir acerca de um determinado produto. Cabe notar que em diversas ocasiões o governador se vale dos estudos dos próprios naturalistas para realizar tais avaliações.

Cabral Dias, na mesma carta em que trata sobre a Erva de São Caetano, responde a uma importante questão formulada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho: é possível plantar trigo no Maranhão? Cabral, num primeiro momento, responde afirmativamente, porém destaca algumas dificuldades técnicas.¹⁷⁷ Assim, em seu discurso, o bacharel Vicente Dias Cabral vai ter o cuidado de elogiar ao “sábio ministro”, a preocupação acerca da produção do trigo, avaliando a necessidade que o Reino tem deste gênero para a produção de um alimento fundamental para a época, o pão. Para Cabral, estava claro que o aumento da produção interna no Império livraria o Reino da inconveniente exportação do grão da Bavária, e das terras do norte da Europa.¹⁷⁸ Para Vicente Dias Cabral, a região não apenas poderia produzir trigo de qualidade, mas também cevada e milho. Porém, acrescenta o bacharel, as terras do Maranhão já produziam sua própria farinha, o “pão da terra”, isto é, a mandioca.¹⁷⁹

Para o bacharel Cabral, as capitânicas do norte da América portuguesa seriam menos industriais do que as do sul. Para sustentar tal assertiva, Cabral vai citar casos como a produção de laticínios, através das fazendas de gados no Rio Grande do Sul; e a produção de tecidos, trigos, algodão, açúcar, queijos, carne de porco em Minas Gerais e São Paulo. Destaca ainda que nestas capitânicas do sul, não há grande quantidade de rios para realização do transporte destes produtos, uma vantagem clara das capitânicas do Estado do Maranhão. Assim, Vicente Cabral atribuía a falta de interesse dos habitantes

¹⁷⁷OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

¹⁷⁸*Idem, ibidem.*

¹⁷⁹*Idem ibidem.* RUSSELL-WOOD. *Um mundo em movimento...*p. RAMOS, Fábio Pestana. Op. cit., p. 240

como um empecilho à plantação de trigo. E a razão disso, segundo ele, seria a própria fertilidade da terra, em que nascia uma infinidade de plantas. Portanto, para Cabral existiria uma clara incompatibilidade entre a fertilidade da terra e a falta de ânimo dos moradores para cultivá-la. Em suas palavras:

“digo que a nímia fertilidade se opõem a cultura da terra, por manto os povos acostumados e a pouco trabalho, e grandes Colheitas não se acomodarão facilmente de maior trabalho, com pouco interesse, logo que assim aconteça na cultura de algum gênero menos apropriado ao clima da terra, e que por isso requeira maior indústria”.¹⁸⁰

Para combater tal desinteresse, o naturalista considera que leis eficientes deveriam ser criadas para incentivar os moradores a plantar o trigo. Para sustentar esse discurso legalista, o bacharel cita o caso da África que teria produzido quatrocentas espigas de trigo, todas advindas de um mesmo grão, por conta desse tipo de incentivo. Assim, para Vicente Cabral Dias, se era possível praticar tal cultura no continente africano, onde segundo ele, o clima era “ardentíssimo”, seria igualmente possível praticar esta cultura no Maranhão. Segundo ainda o bacharel:

“Parece indubitável que nesta Capitania crescerá bem o trigo, e que só temos a experimentar, qual seja a estação própria, e qual o amanho da terra, se se deverá semear no princípio do inverno, ou se para o fim. Se a terra precisa de muito ou pouco estrume se deve, ou não ser muito revolvida”.¹⁸¹

Para além da questão técnica, Cabral indica a melhor região que se poderia desenvolver o plantio do trigo:

“Entre toda assentação de terra, que tenho corrido do Sertão, parece-me mais apropriado para a cultura do trigo toda a Ribeira do Iguará, aonde o terreno não é areento inteiramente, não falo aqui das matas, mas sim dos Campos que se consideram inúteis a não ser para o fim de pastagem dos gados. Por certo porém que se se abrir uma pequena cova no chão e plantar-se assim o trigo, que não produzirá ali; será pois necessário rotear-se o terreno, lavra-lo, expolo as influências da

¹⁸⁰ OFÍCIO...*AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

¹⁸¹ *Idem*, *ibidem*.

atmosfera, e finalmente estruma-lo, senão tiver quantidade de um vegetal ácidos calcões produzidos dos vegetais podres, e consumidos pelos tempo. O estrume animal é fácil de conseguir-se nesta Ribeira”¹⁸²

O bacharel informa, ao concluir sua avaliação, que a possibilidade do plantio de trigo teria outras vantagens no Maranhão, como a facilidade de água e as criações de gado que poderiam servir de estrume. Vicente Cabral tentou efetivamente repartir o trigo, trazido do reino por Joaquim José Pereira, para três lavradores da ribeira do Munim, local que informa ser fácil de se conseguir estrume. Todavia, até o momento em que escrevia a carta, não tinha tido alguma resposta sobre o resultado do cultivo dos referidos grãos.¹⁸³

Da parte de D. Diogo de Sousa, o governador determinou que o jardim botânico da cidade de São Luís cultivasse espécies nativas para serem estudadas. Tais plantas seriam analisadas e enviadas ao Reino por Dias Cabral. Entre as espécies identificadas estava, novamente, a quina-quina. O fato é que para que pudesse haver sucesso no envio dos produtos naturais seriam necessárias precauções, principalmente quanto ao armazenamento. O armazenamento era feito em caixas, conforme a proporção da planta. Colocava-se terra nativa no momento em que determinado produto era coletado. As sementes iam do mesmo modo. E aí estava a sua dificuldade, pois Dias Cabral alega que não poderia realizar as remessas através de rios, como havia de se esperar de uma região rica em caminhos fluviais.¹⁸⁴

A partir de sua expedição naturalista, Dias Cabral vai descrevendo as estruturas das vias de transporte das capitânicas. Pontua as dificuldades neste sentido, citando o caso do Rio Parnaíba, e a distância deste curso fluvial para a cidade de São Luís. O bacharel também não deixa de comentar sobre o constante problema da falta de vias terrestres. Sobre as estradas da capitania, Cabral Dias cita alguns: os matos, os troncos de árvores caídas, a falta de pontes para o transporte de mercadorias. A conservação das estradas assume em seu discurso uma perspectiva de defesa do bem público e nisso há um papel reservado à ciência. Nesse sentido, segundo o bacharel, tanto os habitantes locais, como a administração central, seriam recompensados no futuro pelo

¹⁸² *Idem, ibidem.*

¹⁸³ OFÍCIO... *AHU-MA*, cx. 112, d. 8759.

¹⁸⁴ *Idem, ibidem.*

investimento na logística da região. Deste modo, sanando estes problemas estruturais seria possível fazer uma melhor distribuição dos gêneros naturais pelo Império. Segundo o Bacharel Cabral:

“Estando concertadas as estradas a condução se fará no tempo do inverno em caixões próprios tendo-se antecipadamente disposto neles as pequenas plantas no princípio do inverno, antes que brotem de novo, mas sim quando a natureza neste país convida a crescimento dos vegetais, e torna a terra mais tratável para recolherem as plantas terras sem ofensa as das raízes § Os caixões devem ser estreitos a semelhança das frisqueiras do Comercio, e pouco/ compridos”.¹⁸⁵

Em outro momento, ao falar novamente sobre o perfil das estradas disponíveis:

“As estradas não permitem grandes cargas. Havendo certeza que elas vingarão, e não perecerão com a mudança da terra para os Caixões, devem-se pôr em carrinho, e há aqui novas cautelas a tomar-se, e vem a ser as seguintes: o defender as plantas das grandes chuvas, dos calores intensos, e do movimento da terra colhida nos caixões. As grandes chuvas lavariam a pouca terra dos caixões esgotando-a dos princípios salinos, e saponáceos em prejuízo das novas plantas, os calores as definharão até secar e o movimento da terra despegariam as tenras raízes quando principiavam a vigorar agarrando-se a terra para receber dela aqueles [ilegível] os princípios vegetativos. Os referidos inconvenientes cessão cobrindo-se as plantas com coiros de boi de maneira que nunca se ofendam as suas extremidades, sendo sustentados os caixas em duas hastes rijas, bem seguras elevadas dos cantos dos lados externos dos caixões, aonde se atem nas horas de muita chuva, ou calor. Deve também haver cuidado de recolher nos pesos os caixões as horas do meio dia, quando se descansa. e deixados a noite ao sereno, menos havendo invernadas pelas razões ponderadas. Sucedendo não chover nos dias da jornada, ou em alguns dela se deverão regar os caixões, não deixando nunca ficar a terra seca, nem também muito molhada e as horas competentes da manhã antes do sol aquecer. Finalmente para evitar o grande movimento, se devem conduzir os cavalos a mão, e nunca soltos; e estes hão de ser dos escolhidos das Fazendas Reais pois que os embargos pelo caminho de magros/ e fracos achem a cada passo”.¹⁸⁶

Este conhecimento sobre a natureza local também estava atrelado à pesquisa sobre a agricultura. A agricultura era uma saída considerada economicamente eficiente

¹⁸⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁶ *Idem, Ibidem.*

para as pretensões do Império. Neste caso, o jardim botânico tinha uma função importantíssima: aclimatar espécies e experimentar com o cultivo de plantas exóticas. Por outro lado, para os envolvidos nestes empreendimentos, ficava cada vez mais claro que estas ações deveriam ser pautadas em conhecimentos científicos e técnicas inovadoras. E antes de plantas, as conquistas precisavam de livros.

CAPÍTULO III

AGRICULTURA, NATUREZA E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

3.1.- Agricultura e pecuária

Na opinião dos representantes da Coroa, a exploração da natureza e a circulação do conhecimento científico estavam ligadas. Rodrigo de Sousa Coutinho exigia dos governadores das capitanias que enviassem relatórios sobre a agricultura local. No caso do Maranhão, será o governador D. Fernando de Noronha o responsável por informar o Reino acerca do que era produzido, e de como era produzido. Ao mesmo tempo, o ministro queria saber mais das condições locais das plantações, queria que os moradores conhecessem melhor as técnicas modernas. Tais informações circulavam de duas formas: através do envio de impressos para as capitanias; e pela política de concessão de bolsas de estudos.

D. Fernando de Noronha, que governou a capitania do Maranhão até 1798, antecedeu a D. Diogo de Sousa nessa política. Na correspondência com a Corte, parece claro a importância atribuída ao estudo das propriedades naturais locais ainda naquela gestão. Em 2 de abril de 1798, D. Fernando recebeu uma obra chamada *A memória sobre loureiro cinnamono (canela), sobre o modo de fazer salitre e seu extrato, sobre o modo de preparar a cochonilha e sobre a reforma do Alambiques*.¹⁸⁷ Seu autor é D. Francisco da Cunha Menezes, que nela trata da transplantação da canela para territórios americanos.¹⁸⁸ Não é necessário explicar a importância que teve a canela para a economia lusa, mas pouco se fala sobre a relevância destes gêneros séculos depois do auge do comércio asiático.¹⁸⁹ Assim, a técnica seria aperfeiçoada por meio do conhecimento científico, a cargo do próprio governador, que inclusive em seu discurso epistolar indica seu desvelo para com os referidos vegetais.

¹⁸⁷OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar o recebimento das memórias sobre o loureiro linamomo, o modo de se fazer salitre e o seu extracto, de se preparar a cochonilha e sobre a reforma dos alambiques. São Luís, Maranhão. 02/04/1798. *AHU-MA*, cx. 97, d.7886.

¹⁸⁸OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a experiência de plantar canela no Maranhão. Maranhão. 27/07/1798. *AHU-MA*, cx. 99, d. 8023.

¹⁸⁹ Loureiro cinamomo ou canela do Ceilão. Usa-se a casca da referida planta para o consumo. No caso apresentado é a asiática que estava sendo transplantada. Alírio Cardoso trata de uma espécie nativa da Amazônia que era conhecida como *canela do Maranhão*. CARDOSO, Alírio. “Especiarias na Amazônia

Há muito tempo que o Império português tentava reproduzir a canela para fins comerciais em solo americano, inclusive no Maranhão. Tempos antes, o governador-geral do Brasil, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (1690-1694) tentou produzir a famosa especiaria em regiões como Rio de Janeiro e Pernambuco.¹⁹⁰ Em todo o século XVIII, tanto a cultura da canela como da pimenta serão incentivadas nos mesmos termos, embora os lucros maiores estavam sendo auferidos sobre culturas como açúcar, algodão e, mais tarde, café.¹⁹¹ No Maranhão, houve tentativas de transplantar a canela para a região, como já foi dito. Em 1688, foram enviadas mudas para o padre Bentendorff com esse objetivo.¹⁹² Entretanto, mais tarde, os luso-maranhenses acabaram desenvolvendo mais sistematicamente o plantio do algodão e do arroz, com lucros mais consideráveis.¹⁹³

Em ofício, de 30 de abril de 1798¹⁹⁴, Noronha chama a atenção para certas informações repassadas por um lavrador que demonstrava grande conhecimento sobre a agricultura da região, principalmente no que se refere ao algodão, arroz, cana, gergelim, mamona e café. As explicações são pormenorizadas, indicando normas para a escolha do terreno, o modo de se plantar, o que se produz e a forma de se produzir de cada gênero. Destarte, relata sobre a climatologia local, especificando que, após ter sido escolhido o terreno, o roçado deveria ser praticado entre os meses de julho e agosto, e em setembro haver concluído. O engenhoso lavrador teria relacionado as questões pluviométricas com a realização das roças.¹⁹⁵ Os materiais e as técnicas são indicados nos mesmos termos técnicos, como é o caso da foice para “furar o roçado” e, depois, o machado para as madeiras grossas. Findo o roçado, se dá 30 a 40 dias para secar o terreno, após esse período, se atea fogo, realizando as coivaras.¹⁹⁶ Chama-se atenção também para o período de chuvas, principalmente entre dezembro e fevereiro. D.

portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica”. *Revista Tempo* (Niterói), v. 21 (2015), p.10-11

¹⁹⁰ RUSSELL-WOOD. Op. cit., p. 234-235. Dos especialistas não lograram sucesso, por serem estes canarins e não possuírem o conhecimento adequado.

¹⁹¹ Idem, ibidem, p. 235.

¹⁹² Idem, ibidem, p. 237.

¹⁹³ CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...”. p. 193;196.

¹⁹⁴ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando Antônio de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo em anexo a descrição do método que se pratica na capitania para cultivar e manipular os gêneros que se exportam para o Reino. Maranhão 30/04/1798.AHU-MA, cx. 97, d. 7924.

¹⁹⁵ Uso termo roça e lavrador conforme é utilizado no documento em questão.

¹⁹⁶ Técnica rudimentar em que consiste em derrubar a mata e depois atear fogo. É realizado grande rotatividade de vegetais. É uma técnica que ao esgotamento do solo.

Fernando, a partir das informações prestadas pelo lavrador, fornece outros detalhes sobre a melhor técnica de plantio:

“Planta-se a Cana, de que se faz o Açúcar, do mesmo modo que a Maniva, porem muito mais juntas, porque a esta se lhe dá somente o espaço de dois até 3 palmos de golpe a golpe. Costuma se plantar o Arroz e o Gergelim entre o Algodão, e a Maniva, porem isto se pratica, quando o Algodão, e a Maniva estão já de 2 até 3 polegadas de crescimento fora da terra. A razão disto assim se praticar, é porque sendo o Arroz plantado ao mesmo tempo das outras plantas, estas ficariam debaixo, e morrendo a maior parte delas.

O Algodão se prepara em 8 até 10 Meses, a Maniva em 16 até 20 Meses, porem se a terra não é sujeita a alagasse pede a Maniva conserva-se até 3 anos. Comumente se desmancham as roças de Mandioca de 20 meses até 2 anos,

Chama-se Maniva aos troncos, ou ramagens de Mandioca a raiz, que se produz debaixo da terra, e que lança as ditos troncos.

O Arroz se prepara em 5 até 6 Meses. Também por entre a mesma plantas á cima ditas, se produz o Gergelim, o Jerimum, o Milho, o Feijão, a Batata, e diferentes quantidades de Carazes, produções que fertilizam a Escravatura. A Cana costuma se plantar só, e se prepara em hum anno pouco mais ou menos”.¹⁹⁷

O algodão é o gênero mais comentado na descrição acima. No começo da correspondência, D. Fernando diz ter enviado informações sobre um engenho (máquina) de descaroçar algodão e comenta sobre os seus impactos. É relatado, ainda, a forma como é recolhido o algodão, e a quantidade, até 2 arrobas por indivíduo em um dia. O algodão deveria ser recolhido o mais limpo possível, sendo levado para um engenho para ser descaroçado. No engenho, são necessárias duas pessoas para descaroçar, processando duas arrobas por dia. Também há detalhes sobre o armazenamento deste gênero, entre outras informações adicionais.

Outro gênero sempre chamou a atenção dos luso-maranhenses, a cana-de-açúcar. D. Fernando informa sobre as técnicas empregadas, tanto na produção de açúcar, quanto na produção de aguardente. Dos processos técnicos, alguns dos mais importantes são elencados: 1) moem-se a cana; 2) cozinha-se a garapa; 3) passa por caldeiras e tachos “competentes”. Por fim, é levada a uma gamela, que lhe chamam de talha, que a partir daí é distribuída em formas a fim de purificar o açúcar. Além do mais, se faz da garapa aguardente, utilizando-se um alambique com este propósito. Ressalta,

¹⁹⁷ OFÍCIO... AHU-MA, cx. 97, d. 7924.

ainda, que a produção de açúcar é boa, mas que os agricultores têm mais interesse na plantação de algodão e arroz.

Não há muito espaço nesse trabalho para falar aqui da mandioca, por sua importância cultural no Maranhão esta cultura mereceria um trabalho a parte. Sobre o assunto, D. Fernando vai tecer comentários acerca da plantação, do processamento, e da importância econômica da farinha na região. Sobre as casas de farinha, D. Fernando acrescenta:

“Estima ter ordinariamente a Roda de ralar 7 palmos de Diâmetro, e quatro polegadas de largura na superfície circular. Esta superfície é forrada ou coberta de cobre picado para ralar a mandioca. Há muitos modos de fazer andar esta roda com velocidade muito fáceis; motivo porque as não descrevo”.¹⁹⁸

Ainda sobre a mandioca, D. Fernando informa acerca da maneira de fazer a farinha e de como são extraídos a tapioca e o tucupi:

“Chegada a Mandioca da Roça, logo que chega a Casa do forno se rapa muito bem a tirar-lhe a Casca, lava-se, rala-se, espreme-se a massa, peneira-se para lhe separar alguns bocados maiores, depois de peneirada vai para a forma e seca que esteja fica pronta para se comer. O Forno é a mesma Figura de uma frigideira com a diferença de ser grande que ordinariamente tem 12 até 16 palmos de Diâmetro. He este forno de barro, ou cobre, é sentado sobre uma grande fornalha, a qual para cozer, ou secar 6 alqueires de farinha, gasta uma carrada de Lenha. Da agua q’ lança a massa quando se espreme, se extrai a tapioca ou Gomas, a qual assentando no fundo [da] gamela, que recebe a da agua que se chama Tucupi, agua inteiramente venenosa. E experiência certa que a Mandioca que rende muito em farinha, dá muita pouca Tapioca, e agua rende pouco em farinha rende muito na Tapioca”.¹⁹⁹

Finalmente, não se deve esquecer que a mandioca tem um valor importantíssimo no processo de conquista, tendo em vista seu valor alimentício/cultural. Era comum que as embarcações que saíssem da América levassem a bordo a farinha de

¹⁹⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁹ *Idem, ibidem.*

mandioca. Era um alimento bastante apreciado, ao ponto de muitos cronistas da época a nomearem como o “pão da terra”.²⁰⁰

D. Fernando se ocupa rapidamente também da cultura do café. Sobre o grão, dá detalhes bem técnicos. O café se produz melhor em terra inclinada, sendo melhor sua conservação em forma de grão que em casca. Na hora de consumir, deverá ser colocado de molho por 24 horas, e depois descascado com as mãos. Após esse primeiro processo, colocam o grão para secar ao sol. Entretanto, acrescenta, até aquele momento não há produção de café para a exportação, ainda que tenha umas plantações avantajadas no local. Assim, o destaque para a produção na capitania vai para o algodão e para o arroz. Em carta de 6 de maio de 1798, D. Fernando informa que a quantidade de arroz e algodão são tantas para a exportação que será enviado uma parte pelo correio marítimo.²⁰¹

Outro bacharel de destaque foi Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva, autor de *Memória político-econômico sobre o Maranhão*.²⁰² Nesta obra, José Sabino relata as características morais e naturais da região. O autor afirma que a terra e o clima da capitania do Maranhão são propícios para quase todos os tipos de culturas, ainda que o terreno tenha características arenosas.²⁰³ Sobre o café, confirma as informações prestadas pelo governador D. Fernando, acrescentando ser o café do Pará melhor do que aquele produzido no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Maranhão, por outro lado, há produção de açúcar, mas tem servido mais para fazer aguardente. Neste sentido, volta o autor ao argumento da falta de interesse dos moradores da região. Para Sabino, os habitantes do Maranhão são “afeitos a se aproveitarem da cultura menos custosa e mais abreviada colheita, se intimidam e desanimam na manufatura do açúcar, correm muitos ao menos custoso tráfico de imprensar [...]”.²⁰⁴ Para ele, com a formação de engenhos de açúcar, aumentaria a quantidade da população local, pois para funcionar é necessário pelo menos uns 70 escravos.

²⁰⁰ RAMOS, Fábio Pestana. Op. cit., p. 240.

²⁰¹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se enviar, por correio-marítimo, amostras de produtos de maior expedição: algodão e arroz. Maranhão. 06/05/1798. *AHU-MA*, cx. 98, d. 7930.

²⁰² A obra questão é a edição que vem em anexo do livro de Milton Torres, em que este vai analisar a referida obra. SILVA, Joaquim José Sabino de Rezende Faria. “Memória Político-econômico sobre o Maranhão” (anexo). In. TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

²⁰³ *Idem, ibidem*, p. 220.

²⁰⁴ SILVA, Joaquim José Sabino de Rezende Faria. op. cit., p. 224.

A crítica do bacharel Sabino sobre a produção de açúcar vem a se somar à opinião de D. Fernando. Ambas avaliações tinham sua razão. Desde o século XVII, há uma disputa política entre os moradores canavieiros e os representantes da Coroa. Isso porque havia mais interesse dos habitantes na produção de aguardente, enquanto que a Coroa queria focar na produção de açúcar.²⁰⁵ Foram estabelecidas diversas medidas para desestimular a produção de aguardente, mas tais medidas não surtiram efeitos diante dos tenazes protestos dos moradores do Maranhão e Pará, que conquistaram o relaxamento destes impedimentos e, por fim, uma mudança positiva na visão da administração central com relação à famosa bebida.²⁰⁶

O cacau é a última cultura de que trata o bacharel Sabino, ao referir-se a ela como as mais “pequenas e abandonadas” do Maranhão. Neste sentido, a exemplo também do tabaco, o cacau seria uma cultura incentivada pela Coroa desde o século XVII. Os benefícios iam desde a isenção de impostos à facilidade para a obtenção de mão-de-obra indígena e africana. Também fazia parte desta política conceder terras para o aumento da produção dos “frutos da terra”.²⁰⁷ Todavia, parece que a produção deste tipo de cultura foi incipiente frente, mais uma vez, à cultura algodoeira e da de rizicultura.

A correspondência enviada à Corte trata pouco acerca da pecuária. Na maioria das vezes, a pecuária é um suporte da agricultura, na função de fertilizante natural, ou estrume.²⁰⁸ Neste último caso, é citado pelo bacharel Vicente Dias Cabral o uso do estrume para experimentar o plantio de trigo na capitania do Maranhão, já relatado neste trabalho. Nesta correspondência, Cabral informa acerca das fazendas de bovinocultura e ovinocultura. Sobre a primeira, informa que há criação de gado principalmente no sertão da capitania, mas também no litoral.²⁰⁹ Sobre a ovinocultura, o bacharel afirma ser esta

²⁰⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia, 2010, p. 139-145. Cf. ALGRANTI, Leila Mezan. “Bebida dos deuses: técnica de fabricação e utilidades do chocolate no império português (séculos XVI-XIX)”. In. ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

²⁰⁶ SILVA, Joaquim José Sabino de Rezende Faria. Op. cit., p. 224.

²⁰⁷ Idem, ibidem, p. 101.

²⁰⁸ RUSSELL-WOOD. Op. cit., p. 273-274.

²⁰⁹ Para uma melhor avaliação acerca da importância social da cultura do gado no sertão do Maranhão Cf. CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2008.

uma criação própria do Maranhão, com bons exemplos de criadores, como o sítio *Arraijal*, de propriedade do fazendeiro Thomas de Mattos.²¹⁰

Durante todo o século XVIII, mais precisamente a partir da administração do Marquês de Pombal, haverá uma preocupação com a sistematização de estudos sobre melhores técnicas de cultivo e criação. Isto vai se intensificar no decênio de 1790, com a administração de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Para a otimização das culturas e cultivos será fundamental a difusão do material acadêmico. Isto se dava por meio de obras que fossem direcionadas aos problemas do ultramar.

3.2.- Impressos e ilustração no Maranhão

A documentação trabalhada no capítulo anterior demonstrou que os agentes do Império ao tratar de questões relacionadas à natureza pautavam suas análises em um conhecimento observado e adquirido por meio das expedições exploratórias. Entretanto, estes mesmos agentes também eram respaldados por um conhecimento acadêmico. Esta última modalidade de conhecimento poderia ter duas origens: a educação recebida nas escolas e universidade no Reino; e, do outro lado, através da circulação dos impressos enviados às conquistas.

É evidente que tanto os governadores, D. Fernando e D. Diogo, quanto os naturalistas, Vicente Cabral Dias e Joaquim Pereira, estiveram também avaliando as novas descobertas à luz de um conhecimento acadêmico. Nesse sentido, muitas obras são citadas nas missivas. No caso da correspondência ligada a D. Diogo de Sousa, a obra de Manuel Arruda Caetano, ganha destaque.²¹¹ D. Fernando, antigo governador, fez muitas de suas análises a partir de obras impressas.²¹² Da mesma forma, D. Diogo

²¹⁰ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

²¹¹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

²¹² OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar o recebimento das memórias sobre o loureiro linamomo, o modo de se fazer salitre e o seu extracto, de se preparar a cochonilha e sobre a reforma dos alambiques. 02/04/1798. Maranhão. *AHU-MA*, cx. 97, d.7886.

de Sousa tinha muitas vezes em seu poder obras como *Elementos de Agricultura*, ou *Astronomia Náutica*, de Maupertuis; ou mesmo, *Espírito das Leis*, de Montesquieu.²¹³

Entretanto, não foram somente agentes diretos da administração lusa que possuíam obras científicas. A leitura de autores variados que informam sobre técnicas avançadas se torna primordial para se desenvolver a agricultura local.²¹⁴ De fato, D. Rodrigo incentivará o consumo de livros pelos moradores do ultramar, para que tais conhecimentos pudessem alicerçar a visão desenvolvimentista do Império, por meios técnicos-econômicos.²¹⁵ E, somando-se a esta característica, ainda na gestão de D. Rodrigo será formulada a concessão de bolsas para os moradores completarem os estudos superiores na Universidade (reformada) de Coimbra.²¹⁶

A historiografia maranhense, dos séculos XIX e XX, não investiu muito no estudo sobre a circulação de impressos. O português Bernadino Pereira Lago, por exemplo, praticamente ignorou o comércio de impressos em São Luís, alegando que não havia lugares de venda na cidade.²¹⁷ Outro a seguir tal tendência foi Jerônimo de Viveiros, para quem “até a independência política do Brasil, o comércio de livros no Maranhão era inteiramente nulo”.²¹⁸ É verdade que as chamadas lojas de livros, como eram conhecidas então, não foram comuns nas conquistas. Os impressos eram vendidos geralmente em boticas, junto com os demais produtos, alimentos, remédios, sanguessugas (usadas para fins medicinais), e objetos variados.²¹⁹

Há uma série de motivos que explicariam a falta de interesse da historiografia sobre o estudo dos impressos. A partir da formação da identidade brasileira, no século XIX e na gênese do Brasil como país independente, o Maranhão necessariamente teria que forjar sua nova identidade dentro deste contexto. Assim sendo, a elite intelectual vai construir a memória de um Maranhão atrasado culturalmente no período chamado de

²¹³ GALVES, Marcelo. “Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos”. *Outros Tempos*, vol. 11, n. 18, 2014, p. 132.

²¹⁴ DIAS, Maria Odila. Op. cit., p. 119-121.

²¹⁵ COUTINHO. Op. cit., p. 12

²¹⁶ DIAS, Maria Odila. Op. cit., p. 107.

²¹⁷ LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano. 2001, p. 77

²¹⁸ *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão. 1954, p. 339, vol. 2.

²¹⁹ As vendas de livros nestes lugares se tornam perceptivas quando são publicados os primeiros jornais na província do Maranhão em 1821, geralmente na parte de *anunciantes*. GALVES, Marcelo Cheche. *Ao Público sincero e imperial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*, Niterói, 2010 – Tese (doutorado em História)- UFF, 2010, p. 58-59.

“colonial”, explicando, desse modo, as razões que levaram o adiamento da “adesão” a independência desta província.²²⁰ Assim, é significativo que esta memória tenha se forjado junto à tentativa de silenciar ou ignorar qualquer questão que remetesse à existência de uma educação livresca. Por outro lado, na década de 1830 será construída a ideia de que havia um desenvolvimento cultural em São Luís, sobretudo letrado, e pós-colonial, ao ponto de uma historiografia tradicional desenvolver uma tautologia chamada de “Atenas brasileira”.²²¹

Em suma, a avaliação de Bernardino Pereira Lago sobre o comércio inexpressivo de livros na cidade de São Luís, e a apropriação que será utilizada por historiadores posteriores, serão justificativas para a criação de uma memória de suposto atraso cultural local. Todavia, estudos recentes têm demonstrado um intenso comércio deste produto no período. Romário Basílio, ao analisar a documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, avaliou que há um expressivo comércio de obras impressas na região, como demonstra o gráfico a seguir.²²²

²²⁰ O termo “adesão” é notavelmente um eufemismo para escamotear o fato que para o Maranhão fazer parte do novo país independente houve intervenção militar para tanto. Assim é que o termo “adesão” fez parte do jargão historiográfico local para suavizar a “entrada tardia” da província na composição do novo país. Cf. MEIRELES, Mário. *História do Maranhão...* Assim pela grande influência lusitana em que a província se encontrava no momento, e até mesmo a maior a proximidade de São Luís com Portugal do que com as províncias do sul seria algumas das causas que levaram ao Maranhão se manter fiel a regime colonial e não querer fazer parte do Império, o que só vai ocorrer meses depois, já no ano de 1823. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* Cf. do mesmo autor: “Saberes impressos, correspondências e expedições científicas... p. 120-121.

²²¹ Para uma visão mais abrangente sobre esta formação identitária livresca e elitista Cf. BORRALHO, José Henrique de Paula. *A ATHENAS EQUINOCIAL: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. São Luís: EDFUNC, 2010.

²²² BASÍLIO, Romário Sampaio. *Impressos e mercados no mar: Luzes e sombras entre Portugal e Maranhão (1768-1826)*. - Monografia (apresentado ao curso de história) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

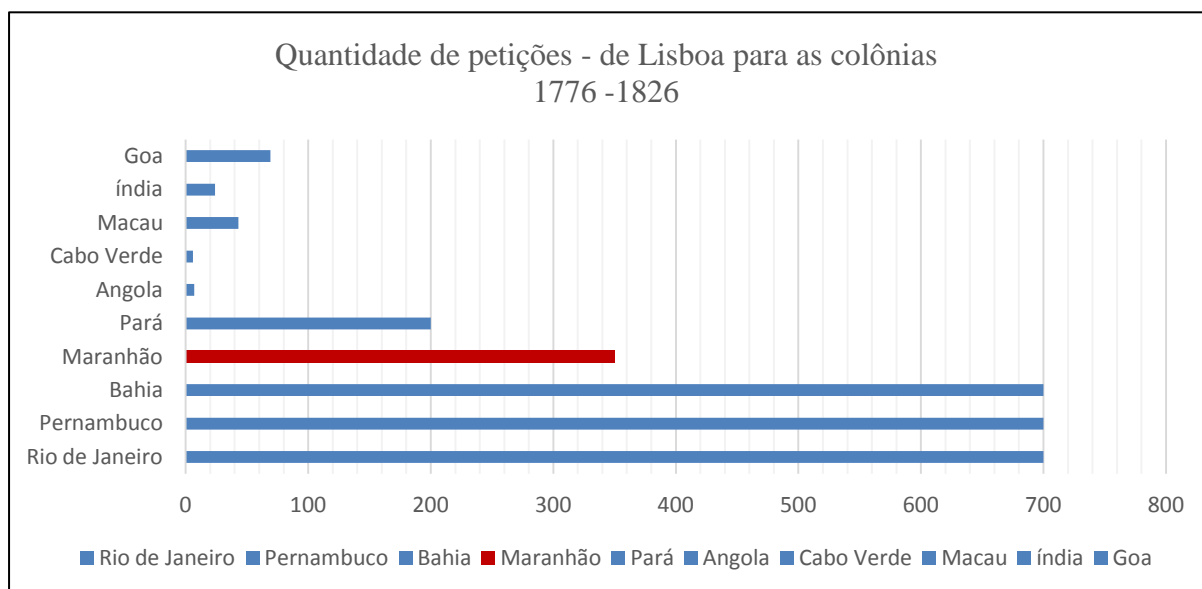


Gráfico 1 – Quantidade de requisições para envio de livros de Lisboa para as colônias – 1776 -1826.

Fonte: ABREU, p.26-27; ANTT – Real Mesa Censória, cx. 159, elaboração por BASÍLIO, Romário. Op. cit., p. 38.

Como se pode verificar, neste período, são 336 requisições de envios para o Maranhão.²²³ Cabe ressaltar que a tipografia era proibida na América portuguesa até 1808.²²⁴ Os moradores que desejavam possuir livros o faziam por meio de agentes do comércio autorizados para realizarem a venda. Isso fazia parte do controle administrativo da Coroa que tinha o intuito de manter afastada as possibilidades de se difundir ideais subversivos no Império, já que os livros só poderiam vir com autorização da Real Mesa Censória.²²⁵ Assim, os livreiros tinham sua importância como intermediários da cultura letrada. No caso do Maranhão, um bom exemplo foi o de um livreiro conhecido como Teixeira da Silva. No ano de 1801, Silva solicita grande quantidade de volumes, entre eles *História de Portugal* e do *Velho e Novo Testamento* e a *Ortografias e Miscelâneas Coriozas*.²²⁶ Silva fazia sua distribuição por pedido direto dos clientes, forma mais comum.²²⁷ A outra maneira, fundamental para o nosso trabalho, era o envio de impressos por intermédio direto da Coroa.

Os moradores não obtinham livros apenas por meios legais, principalmente se falarmos daqueles vetados pela Real Mesa Censória. Nesse sentido, os contrabandistas também tinham seu papel na difusão do conhecimento. Uma outra forma era por meio de impressões na própria conquista, através de tipografias clandestinas. No século XVIII era comum, ainda, o uso de livros copiados à mão. O libelo era um modelo de livro que geralmente possuía um texto em manuscrito. O tamanho deste tipo de livro era pequeno, o que permitia caber no bolso. Por essas características, o libelo era feito clandestinamente, já que não era necessário para sua reprodução tipografias e, devido seu tamanho, era facilmente contrabandeado.²²⁸ Um bom exemplo deste ambiente complexo ocorre em 1786. O ouvidor do Maranhão, Manuel Antônio Leitão Bandeira,

²²³ *Idem, ibidem*, p. 38-39.

²²⁴ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O império em construção*; Primeiro Reinado e Regência. São Paulo: Atual, 2000. (Discutindo a História do Brasil). SCHAPOCHNIK, Nelson. “Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajatória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p. 156.

²²⁵ SOUZA, Simone Mendonça de. “SAHIRAM À LUZ”: livros em prosa de ficção publicados pela impressão régia do Rio de Janeiro”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajatória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p. 23-24.

²²⁶ BASÍLIO, Romário. Op. cit., p. 54; 58.

²²⁷ ARAÚJO, Ana.

²²⁸ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Ed. UNESP, 1998, p. 8.

vai denunciar em 1786 a circulação de um libelo na cidade.²²⁹ O título deste livro era bem genérico, mas também instigante: *Diálogos*. A acusação apontava que este livro tinha trechos contrários ao governo, ao bispo da cidade e ao mestre de campo, José Nunes Socyro. Além de difundir pensamentos sediciosos, na obra havia aquilo que o ouvidor vai apontar como a mais grave ofensa: ser contra a ortodoxia cristã.

Apesar da censura lusitana tentar sempre homogeneizar os textos permitidos para a leitura, e evitar ao máximo o contrabando de livros proibidos para América portuguesa, alguns moradores conseguiram burlar a fiscalização e ter em posse alguma obra à revelia da vontade da Coroa. É o caso da denúncia feita por João Pedro Gomes contra Aires Carneiro Homem. Este morador era natural do Reino, e vivia no Maranhão desde 1799, com a patente de sargento-mor das tropas auxiliares. A acusação declarava que o réu possuía uma obra clandestina bem conhecida *Cândido* de Voltaire. Também pesava contra si a acusação de heresia, pois o sargento-mor teria duvidado dos Evangelhos e dos sacramentos da Igreja.²³⁰

Uma diferença fundamental entre as obras citadas acima e as fontes da nossa pesquisa é que estas últimas são de leitura aprovada e recomendada pela Coroa. Estas obras tinham a intenção de glorificar a Coroa, e não questionar as suas bases de sustentação.²³¹ Assim, os livros recomendados na administração de D. Rodrigo tinham a intenção de difundir conhecimento autorizado de fins pragmáticos e ajustados à missão de erguer a economia do Império. Nesse sentido, não era de se estranhar a ausência de livros de caráter ficcional. Em 1798, por exemplo, o governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando de Noronha, “repartiu” 90 exemplares da obra *Cultura e manipulação de açúcar*. Estava claro, portanto, o caráter primordial desse incentivo ao consumo de livros no Maranhão e Piauí.²³² Importante destacar que não há venda de

²²⁹ OFÍCIO do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, tecendo considerações sobre o libelo intitulado “Diálogo”. São Luís, Maranhão. 15/12/1786. *AHU-MA*, cx. 68, d. 5929.

²³⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. “Romances e leitura proibidas no mundo Luso-brasileiro (1740-1802)”. In: ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 264-265. De *Cândido* de Voltaire, tal obra era censurada por fazer críticas expressas a superstição social em Portugal. Cf. VOLTAIRE. Op. cit.

²³¹ MUNTEAL FILHO, Oswaldo 2001. VILLATA, Luiz Carlos. 2000, p. 17-18

²³² OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se ter repartido entre os habitantes noventa exemplares sobre a cultura e manipulação do açúcar, enviados de Lisboa. Maranhão. 26/07/1798. *AHU-MA*, cx. 99, d. 8019.

impressos, ao contrário, estes livros são distribuídos gratuitamente. Duas perguntas cabem aqui: qual público destas obras? Qual o critério de distribuição?

A primeira questão poderia ser respondida a partir dos leitores disponíveis na época: administradores, religiosos e donos de terras. Os administradores seriam juízes, vereadores e outros que faziam parte da burocracia ultramarina. Sobre a segunda questão, um documento, ainda na administração de D. Diogo de Sousa, em 1800, revela alguns detalhes:

“Fiz repartir os quatro exemplares da Instrução sobre a cultura das Batatas por igual número de pessoas, que me parecem mais aplicada à Agricultura, como V.Ex.^a me determinou em o seu Aviso de 17 de Julho do corrente ano, que acompanhou os ditos exemplares.”²³³

Os 4 exemplares da *Instrução sobre a cultura das batatas* são distribuídos gratuitamente. Aqui já há um indicativo maior de quais moradores receberiam os tais livros. Estes seriam indivíduos que o governador considera os “mais aplicados para agricultura”. Estes seriam indivíduos supostamente mais produtivos, possivelmente grandes proprietários de terra. Desta forma, a distribuição de impressos estaria em conformidade com a difusão do conhecimento em geral nas conquistas, seguindo critérios de relevância social/econômica/simbólica dos indivíduos. Esta já era uma característica na gestão de D. Rodrigo e na própria fundação da Tipografia do Arco do Cego. A distribuição gratuita seria o ápice da divisão do conhecimento técnico, mas a serviço do desenvolvimento econômico do Império.

Sobre a difusão do conhecimento nas conquistas, Maria Odila Dias explica que este modelo, no governo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, não foi satisfatório. Aparentemente, o interesse dos moradores em adquirir livros voltados para a produção agrícola não foi a esperada.²³⁴ Em São Paulo, por exemplo, o próprio governador, Melo Castro e Mendonça, em 1800, informa a D. Rodrigo não haver compradores suficientes

²³³ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar que repartiu os quatros exemplares da instrução sobre a cultura das batatas pelas pessoas que lhe pareciam mais aplicadas na agricultura. São Luís, Maranhão. 03/12/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8832.

²³⁴ DIAS, Mária Odila. Op. cit. p. 158.

para a quantidade de livros que foram enviados à capitania. Mendonça informa que o desinteresse pela compra dos tais livros teria levado a sua distribuição gratuita.²³⁵

É provável que a distribuição de impressos no Maranhão tenha sido feita por meio desta fórmula. Por isso, Mário Meireles afirma que o comércio de livros enviados para a capitania fracassou. E o próprio D. Diogo de Sousa admitiu haver uma “indiferença ou, para melhor dizer, repugnância destes povos para toda a qualidade de aplicação literária”. Segundo ainda Meireles, os prejuízos relativos à venda dos impressos foram da ordem de 2:401\$478.²³⁶ Não há como saber se os dados de Meireles estão corretos, em função da pesquisa em curso. Entretanto, é importante ressaltar que mesmo diante desta possibilidade, o comércio deste tipo de livro não foi nulo na capitania, como demonstram os dados disponíveis.

A venda de livros, entretanto, não foi uma prática rara na conquista. Em 1799, há uma carta acusando o recebimento de exemplares de impressos para serem vendidos na região.²³⁷ São 80 exemplares do *Mercúrio Britânico* (pelo valor de 300 réis), 25 da *Memória sobre a plantação de algodão* (120 réis) e 90 exemplares do 2ª Tomo do *Fazendeiro do Brasil* (1.000 réis). Fator importante nesta questão é o local da venda. Como já foi mencionado, Bernadino Pereira Lago afirmou que não havia lugares para a comercialização de impressos. No caso, o local de venda foi o Correio da Cidade. Isto é significativo, pois o correio-mor tinha sido recentemente adquirido pela Coroa da mão de particulares, tudo por iniciativa de D. Rodrigo. Assim, a estrutura do correio foi reestruturada, ganhando a função principal de acelerar a troca de informações entre o governo local com o central. No caso específico do Maranhão, o correio ficou na casa de Luiz da Rocha Compasso.²³⁸ Portanto, este órgão no Maranhão teria a dupla função de envio e recebimento de correspondência, além da comercialização de livros.

²³⁵ Idem, ibidem, p. 158-159.

²³⁶ MEIRELES, Mária. *Dom Diogo...* p. 63.

²³⁷ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a venda de exemplares do *Mercúrio Britânico*, de memórias sobre a plantação dos algodões e do segundo tomo da obra "Fazendeiro do Brasil". São Luís, Maranhão. 27/02/1799. *AHU-MA*, cx. 102,d. 8242.

²³⁸ Não havia a noção de lugares públicos como é hoje na época. Assim escolas régias e no caso do correio funcionava na casa de particulares. No último caso funcionava na residência do correio-mor (uma espécie de diretor).

Em dezembro de 1799, são postos à venda na casa do correio da cidade 10 exemplares da obra *Curso de estudos para uso do comércio*.²³⁹ O valor da unidade seria de 1.200 réis. A maioria das obras vendida discutia a agricultura e fundamentos da natureza, mas também poderiam versar sobre ciência econômica, já que o comércio seria destino último das descobertas e técnicas pautadas no pragmatismo científico. Tais obras tinham sido recentemente publicadas e estavam em consonância com as pesquisas mais modernas do período, inclusive com traduções, o que demonstra a urgência por parte da administração central no que concerne ao envio destas obras para a conquista.

Entre os anos 1799 a 1800 são recebidas 1052 obras para serem vendidas na Casa do Correio, conforme a tabela abaixo:

²³⁹OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos exemplares da obra "Curso d'estudo para uso do comércio". Maranhão. 04/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8490.

**Tabela I- Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio – 1799 -
1800**

Título	Ano de publicação	Recebidos	Preço unitário (em réis)	Valor total (em réis)	Vendidos	Valor arrecadado (em réis)
<i>O Fazendeiro do Brasil</i> (l)	1798	190	1\$000	190\$000	8	8\$000
<i>Memória sobre a plantação de algodões</i> (f)	1798	75	120	9\$000	5	600
<i>Memória sobre a caneleira</i> (f)	1797	50	80	4\$000	1	80
<i>Memórias e extratos sobre a pipereira negra</i> (f)	1798	200	160	32\$000	3	480
<i>Memória sobre a cultura do loureiro cinamomo</i> (f)	1798	100	160	16\$00	3	480
<i>Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil</i> (f)	1798	20	160	3\$200	4	640
<i>Extrato sobre o método de se preparar a potassa</i> (f)	1798	100	160	16\$000	3	480
<i>Extrato acerca de se fazer nitrato de potassa ou salitre</i> (f)	1798	100	200	20\$000	3	600
<i>Instrução sobre a combustão de vegetais</i> (f)	Título não localizado	50	160	8\$000	3	480
<i>Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda. Com Estampas Iluminadas</i> (l)	1798	12	2\$000	24\$000	2	4\$000
<i>Alographia...Com estampas e preto</i> (l)	1798	36	1\$600	57\$600	2	3\$200
<i>De Rebus Rusticis Brasicis</i> (l)	1798	10	960	9\$600	2	1\$920
<i>Cursos de estudos do comércio e fazenda</i> (l)	1798	10	1\$200	12\$000	1	1\$200
Total		1052		401\$400 (total das remessas)	42	25\$360

Fonte: AHU (MA), D. 8242, 8698 e 8799. Adaptação feita por Marcelo Cheche Galves. *Saberes impresso...*p. 126. **Legenda:** (f) folheto; (l) livro.

No que diz respeito ao *Fazendeiro do Brasil*, obra do próprio Veloso, são 90 exemplares do tomo II; 50 do tomo I (parte 1), com estampas; 50 do tomo II (parte 1) com estampas iluminadas. Quando se faz referência à quantidade de vendas desta obra não aparece indicada quais foram os tomos de o *Fazendeiro do Brasil*. O valor remetido em 22 de outubro de 1800 foi de 24\$880, de modo que Marcelo Cheche aponta que a diferença de 480 pode ter ocorrido ou por distribuição gratuita ou através de descontos oferecidos aos moradores.²⁴⁰ Em 1800, somente em um único carregamento havia chegado ao Maranhão cerca de 883 impressos.²⁴¹ Somando-se todos os que foram enviados para a Casa do Correio, são 1052, o que demonstra a quantidade avolumada para época.

Nota-se que uma parte destes livros era indicada ao estudo de gêneros consolidados na agricultura da capitania do Maranhão, como o algodão e a cana-de-açúcar, mas também existiam obras sobre culturas promissoras, como é o caso da pimenta da Índia (*pipeira negra*) e da canela (*loureiro cinamoro*). Havia, como dissemos anteriormente, um grande incentivo à transplantação de culturas para a América portuguesa. A obra *Pipeira Negra* era uma compilação de artigos científicos estrangeiros que foram traduzidos para o português por direção do frei Veloso. Nesta obra, a pimenta evidentemente ganha o papel principal:

“A Pimenta, que tem um gosto aromático ardente, é resolutiva, rosada, e aplicada nos tumores dos decúbitos das faces: retundente nas escaldaduras de água fervente na pele queimada: a água das folhas cozidas para gargarismos nas inflamações da garganta, e das gengivas inchadas: e para outras medicinas, as quais são fora do objeto do presente papel”.²⁴²

Na gestão de D. Fernando Antônio de Noronha, será retomado o interesse pelo cultivo das velhas especiarias asiáticas no Maranhão, a exemplo do que ocorrerá com a

²⁴⁰ GALVES, Marcelo Cheche. Nota 30.

²⁴¹ OFÍCIO (3ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a recepção de livros, de que enviará a importância da sua venda ao oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, João Filipe da Fonseca. São Luís, Maranhão. 10/06/1800. *AHU-MA*, cx. 111,d. 8689.

canela, a despeito dos fracassos anteriores, principalmente no século XVII.²⁴³ Ainda sobre a canela, a *Memória* escrita por D. Francisco da Cunha Menezes, governador e capitão-general de Goa, aparece como referência.²⁴⁴ No frontispício da obra, segue a informação de que este livro deveria ser acompanhado de mudas que serviriam para serem transplantadas na América, o que de fato aconteceu no Maranhão, na administração de D. Fernando. Esta memória trata das regiões produtoras e sobre as utilidades da famosa especiaria. O Maranhão não está isolado neste tipo de iniciativa. No final da referida obra, há um anexo com carta do professor Régio Bayer, sobre o plantio da canela em Pernambuco.

Importante destacar que a *Memória da caneleira* também faz referência a uma planta nativa da América, que se assemelha à asiática, e que é conhecida como *cravo do Maranhão*, que segundo a obra “tinha forma de Canela, e cheiro de Cravo”.²⁴⁵ Sobre o tema, o seu autor esclarece:

“Todas as suas partes são úteis; por que a Raiz se tira uma água, um óleo de alcanfor mesmo, que tem um cheiro muito mais doce, que o alcanfor ordinário, o qual serve aos Reis Indiáticos de um cordial efficacíssimo. Da sua casca [...] prepara-se xarope, pastilhas, essências odoríficas [...] Das suas folhas [...] que passam corretivos purgantes violentos; e o pó das mesmas folhas pulverizadas se aplica para as cólicas, dores dos intestinos, e etc. [...] Ultimamente o espirito de todas as partes desta árvore considera-se em Medicina como hum bálsamo da vida, que convém principalmente as enfermidades da cabeça, do estomago, e da madre”.²⁴⁶

As obras relativas aos gêneros já consolidados no Maranhão também tinham importância nas listas de livros enviadas aos moradores. Neste sentido, a obra de João Manso Pereira, *Memória sobre o método econômico de transportar a aguardente para o Brasil* merece destaque. Este autor é um dos luso-brasileiros integrados na iniciativa

²⁴² VELOSO, José Mariano (org. e trad.). *Memórias e extratos sobre a pipereira negra (Piper nigrum L.) que produz o fruto conhecido vulgarmente pelo nome de pimenta da Índia, nos quais se trata sua cultura, comércio e usos, etc.* Lisboa: Oficina de João Procopio Correia da Silva, 1798, p. 12.

²⁴³ RUSSEL-WOOD. *Um mundo em movimento...*p. 237.

²⁴⁴ MENESES, Francisco da Cunha. *Memória sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, vulgo caneleira do Ceilão, que acompanhou a remessa de plantas da mesma terra de Goa para o Brasil.* Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

²⁴⁵ *MEMÓRIA sobre a caneleira, para acompanhar a remessa das plantas, que o Príncipe N. Senhor manda transportar para o Brasil.* Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1797, p. 4. Não identifiquei a autoria.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 7-8.

do Império português para difundir o conhecimento sobre a agricultura no ultramar. Pereira era professor de gramática no Rio de Janeiro e, no momento da publicação da obra, atuava como mineralogista na capitania de São Paulo. Era, ao que parece, pardo, celibatário, autodidata, mas nunca teria saído da América para obter formação superior.²⁴⁷ Sua primeira obra foi a *Memória sobre a reforma do alambiques*, que trata da produção de aguardente. Aliás, esta memória estava nas mãos de D. Fernando, que comentava sobre a produção de aguardente no Maranhão em sua descrição da produção agrícola na referida capitania.²⁴⁸ Já a obra *Método econômico...* trata não somente do que o título traz, do transporte atlântico, mas sobre as características da produção da aguardente e seus compostos químicos. Inclusive, seu autor cita sua própria experiência na produção e indica que há potencial econômico na fabricação de álcool de milho.²⁴⁹

Estes impressos tinham ligação direta com as informações prestadas pelos governadores e pelos naturalistas no Maranhão, comentadas no capítulo anterior. Em muitas destas obras não existiam apenas ideias e técnicas, mas também ilustrações. Ainda no ano 1800, em dezembro, o Maranhão recebe outra remessa de livros. Eram 19 títulos em 294 exemplares.²⁵⁰ São obras dos dois últimos anos da Tipografia do Arco do Cego, o que reafirma o interesse de que tais conhecimentos pudessem ser difundidos entre os moradores. Destarte, eram obras em sua maioria de títulos diferentes da primeira remessa, mas também constavam impressos já enviados anteriormente.

²⁴⁷ FILGUEIRAS, Carlos A. L. “João Manso Pereira, químico empírico do Brasil colonial”. *Química Nova*, vol. 16 (2), 1993, p. 155.

²⁴⁸ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar o recebimento das memórias sobre o loureiro linamomo, o modo de se fazer salitre e o seu extrato, de se preparar a cochonilha e sobre a reforma dos alambiques. São Luís, Maranhão. 02/04/1798. *AHU-MA*, cx. 97, d.7886.

²⁴⁹ PEREIRA, João Manso. *Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil, com grande proveito dos Fabricantes, e Comerciantes*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

²⁵⁰ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre não terem chegado os impressos de que fez menção o Aviso de 5 de Maio do corrente ano, e que se remeteram pelo correio marítimo. São Luís, Maranhão. 23/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8803. OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a recepção dos impressos transportados pelo bergantim de guerra Diligente. São Luís, Maranhão. 13/12/1800. *AHU-MA*, cx. 114, d. 8850.

Tabela 2 – Impressos recebidos pela Casa do Correio em 1800

Título	Ano de publicação	Recebidos	Preços unitário (em réis)	Valor total (em réis)
<i>Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza e o comércio do açúcar</i>	1800	40	1\$000	40\$000
<i>História nova e completa da América</i>	1800	30	480	14\$400
<i>Memória sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar</i>	1800	30	600	18\$000
<i>Cultura americana</i>	1799	3	1\$800	5\$400
<i>A ciência das sobras relativas ao desenho</i>	1799	6	960	5\$760
<i>Construção e análise de proposições geométricas (Arquitetura Naval)</i>	1798	3	1\$200	3\$600
<i>Cálculo das pensões vitalícias</i>	1797	3	1\$200	3\$600
<i>Memória sobre a cultura dos algodoeiros</i>	1799	3	600	1\$800
<i>Gumas iluminadas (sic)</i>	?	6	1\$200	7\$200
<i>Gumas pretas (sic)</i>	?	6	800	4\$800
<i>Arte de fazer a cola forte</i>	1799	25	400	10\$000
<i>Manual do Mineralógico</i>	1799	6	2\$400	14\$400
<i>Carta de massas (sic)</i>	Título não localizado	60	25	1\$500
<i>Naturalista instruído</i>	1800	50	200	10\$000
<i>Helminologia portuguesa</i>	1799	3	1\$200	3\$600
<i>Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres</i>	1800	25	150	3\$750
<i>Combustão dos vegetais</i>	Título não localizado	12	60	720
<i>Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre</i>	1798	12	60	720
<i>O Fazendeiro do Brasil, tomo 1, parte 2</i>	1799	6	1\$600	9\$600
			Valor total da remessa	158\$850

Fonte: AHU (MA), D. 8803 e 8850. Adaptação de Marcelo Cheche Galves. “Sabres impressos...p. 129.

Na tabela acima não há a distinção entre livros e folhetos. Curiosamente, esta última remessa é mais eclética que as anteriores, e não contem apenas obras de botânica ou de mineralogia, mas livros como a *História nova e completa da América*, ou a *Ciência relativa das sombras relativo ao desenho; Arquitetura Naval*, entre outras. Estas outras escolhas temáticas demonstram um esforço mais geral de instrução por parte dos moradores. As obras poderiam vir também sob encomenda. Em 1801, por exemplo, D. Diogo de Sousa ordena ao Correio da Cidade de São Luís que fornecesse ao bacharel Vicente Jorge Dias Cabral obras relativas à natureza. Estas obras teriam sido encomendadas por Cabral, demonstrando que havia espaço também para esse tipo de demanda pessoal.²⁵¹

D. Diogo pessoalmente fazia pareceres das obras a serem enviadas ao Maranhão, por ordem direta de D. Rodrigo. Infelizmente, entre as obras avaliadas pelo governador só foi possível encontrar uma, *Arquitetura Naval*.²⁵² D. Diogo comenta o livro nestes termos:

“Ainda que às presas, li a tradução da Obra sobre a Arquitetura Naval, a qual VEx.^a remeteu em Carta de 10 de Dezembro do ano passado a meu Antecessor pelo Correio Marítimo: Achei-a muito científica, mas parece-me que as posições das Letras, mesmo algumas de secções da fig. 2.º precisão [de] correção”.²⁵³

É bem provável que esta obra não tenha sido escolhida por acaso, já que D. Diogo fez parte do corpo de engenheiros navais, e suas escolhas bibliográficas tinham também afinidade com sua formação.²⁵⁴ Entretanto, na leitura de D. Diogo há uma (re)significação do texto. Assim, a análise do conteúdo se conjuga com a análise da forma. Por outro lado, o envio de impressos para o Maranhão e Piauí estava diretamente relacionado com um novo tipo de educação, diferenciada, no ministério de Pombal. A seguir, faremos um resumo de algumas destas novas tendências, enfatizando a aplicação disso para o Maranhão e Piauí.

²⁵¹ OFÍCIO ao Correio-mor desta cidade para remeter a esta Secretaria uns livros. São Luís, Maranhão. 11/03/1801. *APEM*, livro 51, doc. 58, p. 13v.

²⁵² OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando o seu parecer sobre a obra "Arquitetura Naval". São Luís, Maranhão. 05/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102,d. 8259.

²⁵³ *Idem, ibidem*.

3.3.- Educação e ilustração

O caso do Maranhão não é específico, embora haja nele especificidades. Há, como em outros lugares, pedidos para que moradores pudessem iniciar estudos em Portugal. Também existia uma preocupação grande em favorecer os estrangeirados. Da mesma forma, até mesmo membros de famílias abastadas vão, cada vez mais, valorizar a formação acadêmica. Nesse sentido, as chamadas aulas régias nascem como uma bem-recebida novidade na época do Marquês de Pombal. No próprio Maranhão, o ensino régio possuía três cadeiras: retórica, filosofia e gramática latina. D. Diogo fará a gestão pessoal desta formação e instituirá uma quarta cadeira, voltada para o conhecimento naturalista: História Natural e química.²⁵⁵ O próprio naturalista Vicente Cabral será professor na cidade de São Luís. Aliás, o bacharel Cabral foi indicado diretamente pelo governador, embora tenha solicitado ao príncipe D. João a cadeira de Retórica em lugar da de História Natural.²⁵⁶

Entre os anos 1722 e 1822, 866 estudantes foram para Universidade de Coimbra advindos da América portuguesa. O curso favorito era o direito, com 568, mas outros tantos fizeram uma escolha diferente, ao preferir a Matemática ou as Ciências Naturais.²⁵⁷ São Luís era então a 4ª maior cidade da América lusa no século XIX.²⁵⁸ Nestas condições, há um aumento considerável no número de indivíduos enviados às universidades europeias. No final do século XVIII, a Coroa fomentará também a atribuição de bolsas, e isto tinha por finalidade permitir a estes indivíduos integrar-se à máquina burocrática do Império, além de, em alguns casos, ajudar na reestruturação econômica das diversas regiões na América portuguesa.

Com o fomento aos estudos, houve um crescimento de matriculados na Universidade de Coimbra oriundos do Maranhão. O período, entre 1798 a 1807, é

²⁵⁴ Cf. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

²⁵⁵ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8767.

²⁵⁶ REQUERIMENTO de Vicente Jorge Dias Cabral ao príncipe regente D. João, solicitando a sua confirmação na regência da cadeira de Retórica em São Luís do Maranhão. São Luís, Maranhão. 05/09/1804. Cx. 137, D. 9996.

²⁵⁷ ODILA, op. cit, p. 107.

²⁵⁸ GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. “Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823).” *Revista Clio*, n. 32.1, 2014, p. 158.

marcado pela presença ininterrupta de estudantes luso-maranhenses nesta instituição.²⁵⁹ Um “aviso” de outubro de 1799, direcionado à câmara de São Luís, deixava claro a importância estratégica desses estudos, ao pedir:

“pessoas hábeis para, depois de aprenderem, voltar para esta Capitania a fim de exercer os empregos de tipógrafos, hidráulicos, médicos, contadores, e cirurgiões, aos quais a Câmara devia estabelecer pensões alimentares enquanto estudassem na Universidade de Coimbra ou na Academia de Marinha de Lisboa”.²⁶⁰

Um corpo técnico-científico se fazia necessário frente às demandas da burocracia ultramarina. D. Diogo de Sousa se queixava exatamente da falta de homens capacitados nas conquistas para a conclusão, por exemplo, de obras de engenharia.²⁶¹ Da mesma forma, D. João Pereira Amorim, governador subalterno do Piauí, afirma não existir até aquele momento naturalista que pudesse avaliar a lista de vegetais que estava em seu poder.²⁶² Em outra situação, em setembro de 1798, D. Diogo de Sousa ao tratar do envio de um cadete do Regimento de São Luís, Antônio Lourenço dos Santos, para prosseguir seus estudos no Reino, sugere que o tal cadete já estava dando aulas na cidade de São Luís por não haver indivíduos capacitados na região. No mesmo sentido, D. Diogo ainda enviou outro militar, o alferes José Félix Pereira de Burgos, em agosto de 1800 para fazer estudos na Universidade de Coimbra.²⁶³ Isso demonstra que a indicação para estes estudos saia de coletivos que tinham, por questão de ofício, alguma familiaridade com determinada área, como é o caso dos militares para as matemáticas e engenharias.

²⁵⁹GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. Op. cit, p. 158.

²⁶⁰AVISOS... apud MEIRELES, Mário. *D. Diogo de Sousa...* p. 63-64.

²⁶¹OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um engenheiro hábil para futuras obras. São Luís, Maranhão. 21/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8596.

²⁶²OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país. Oeiras do Piauí. 16/08/1799. Cx. 22, D. 1166.

²⁶³OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a concessão de licença ao alferes do Regimento de Linha José Félix Pereira de Burgos para ir estudar na Universidade de Coimbra, em conformidade com o Aviso de 2 de Agosto de 1799. São Luís, Maranhão. 08/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8579.

Em dado momento, D. Diogo informa que já existia uma fila de espera de candidatos luso-maranhenses para as universidades europeias.²⁶⁴ Neste documento fica claro que deveria haver critérios para a escolha dos indivíduos, não levando-se em conta, tão somente, o desejo daqueles que queriam estudar na Europa. Evidentemente, esta política atendia a uma necessidade de especialização acadêmica dos moradores, ademais de uma necessidade do próprio Estado. Para os luso-maranhenses havia também uma política de bolsas de estudos no valor de 250.000 mil réis anuais. As bolsas serviriam para suprir despesas com alimentação, vestuários, compra de livros e matrículas.

Parece clara a relação, como foi dito acima, entre o mundo militar e as ciências. Dos estudantes que foram para Lisboa há um caso emblemático: Francisco Diogo Velez. Em 1805, Velez vai solicitar a permanência no Reino para que pudesse estudar na Academia da Marinha, tendo sido cadete do regimento de linha da cidade de São Luís. Sabe-se que havia uma determinação para que aquele indivíduo retornasse ao Maranhão, a fim de assumir as funções de geógrafo, medidor hidráulico e arquiteto.²⁶⁵ Esta parece ser uma faceta importante do pragmatismo científico luso, formar novos acadêmicos era tão importante quanto instrumentalizar capacidades latentes, ou mal empregadas. O fim último desse processo era a recuperação econômica de Portugal, para onde deveriam convergir os esforços militares, políticos e científicos.

²⁶⁴OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a criação de caixas de crédito, por ordem régia de 10 de Maio, a fim de financiar os colonos daquela capitania. São Luís, Maranhão. 14/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8376.

²⁶⁵REQUERIMENTO de Francisco Diogo Velez ao príncipe regente D. João, solicitando autorizar sua matrícula no primeiro ano do curso de Matemática, na Real Academia da Marinha e apresentar a certidão do exame de admissão deste à câmara do Maranhão. Maranhão.30/01/1805. Cx. 139, D. 10131.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iluminismo é uma categoria historiográfica e como tal tem a sua aplicabilidade, como foi dito na introdução, limitada quando saímos do contexto europeu. Ainda assim, é possível encontrar nas conquistas certos valores e políticas próximas do Iluminismo. Sobretudo, chama atenção a afirmação do pragmatismo e a revalorização da ciência entre os mais altos escalões da administração portuguesa. No caso específico de Portugal, estes ideais começaram a se ampliar na gestão do Marquês de Pombal, com destaque para as mudanças estruturais na educação formal. O naturalismo-utilitário na época do marquês tinha uma característica fundamental: o reconhecimento das potencialidades econômicas na utilização da natureza.

Assim, para desenvolver tal conhecimento seria necessário estruturar os meios de difusão destes saberes. A educação reformada, privilegiando agora a aplicação do conhecimento científico, o surgimento de novos locais de saber, entre outras medidas, será seu alicerce. Uma destas medidas era a difusão dos impressos pelas conquistas. Estes livros tinham uma finalidade: difundir conhecimento acadêmico que tivesse ressonância nas bases econômicas do Império.

Neste contexto mais amplo, nosso trabalho tratou de discutir qual o perfil que esse processo ganhou no Estado do Maranhão e Piauí. Nestas regiões, o tipo de investimento na exploração e identificação de novas espécies teve imenso suporte oficial, personificado em figuras como D. Fernando Antônio de Noronha, D. Diogo de Sousa ou D. João Amorim Pereira. Estes indivíduos estavam incumbidos de dar ordens para que as práticas naturalistas fossem realizadas, mas também contribuíram pessoalmente com ideias e descobertas.

O conhecimento destes indivíduos é avaliado, ao longo deste trabalho, a partir de suas experiências, ideias próprias e entendimento pessoal sobre os projetos do Império. A intervenção que os membros da burocracia exercem é significativa, opiniões sobre aspectos tecnológicos empregados na agricultura local, até sobre a transplantação de gêneros exóticos, passando pelo armazenamento dos produtos. Esses representantes da Coroa também tinham formação suficiente para tanto, a exemplo de D. Diogo de Sousa, formado em filosofia e matemática, mas que também era consumidor de obras

naturalistas. D. Diogo de Sousa, aliás, vai fundar um jardim botânico na cidade de São Luís, como já foi dito, cujo intuito era aprender e repassar informação sobre essa natureza.

Estes homens se apresentam como intelectuais a serviço do Império, demonstrando seus conhecimentos e opinando sobre aquilo que consideravam relevante. Ao mesmo tempo, os administradores e naturalistas relacionam, sem muitos problemas, o desenvolvimento da capitania, da cidade ou do Estado, com o destino do próprio Império. Isto fica claro na escolha dos livros que seriam enviados à conquista. Eram obras que tinham como finalidade o desenvolvimento da Monarquia a partir das regiões ultramarinas.

Mas, para desenvolver esta política eram necessários indivíduos capacitados para tanto. Em um primeiro momento, serão os militares aqueles imbuídos das tarefas de recolha de espécimes, sobretudo na gestão do governador D. Fernando Antônio de Noronha. Esta escolha se justificava por tratar-se de indivíduos treinados na exploração do sertão, algo intrínseco nas forças armadas de então.²⁶⁶

Na gestão de D. Diogo de Sousa, ainda que houvesse relatos de homens de fardas que faziam o trabalho de naturalistas, haverá um protagonismo maior dos homens de ciência, com destaque para o bacharel Vicente Dias Cabral, e o vigário de Valença, Joaquim José Pereira. Estes homens, que vinham do meio acadêmico, estavam mais em consonância com as demandas da pesquisa em comparação com os militares. Nessa época também ganha destaque a prática da transplantação. As culturas da canela, do cravo, da pimenta, do gengibre, entre outros, foram por muito tempo conhecidas como especiarias-das-índias, serão ambientadas na América Lusitana, no intuito de manter o controle destes mercados. Para o Maranhão, também serão avaliados projetos de transplantação de culturas em que houvesse comprovado sucesso no comércio europeu. Nesse sentido, até mesmo o trigo foi alvo de especulações por parte de Dias Cabral. Além do mais, havia uma busca de vegetais nativos ainda não conhecidos pela ciência europeia, mas que tivesse algum potencial econômico.

²⁶⁶ Para um estudo mais geral, ver: CARDOSO, Alirio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia*. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2015.

Outra parte importante deste trabalho é o debate sobre a circulação de livros no Maranhão e Piauí. Os impressos tinham a função de propagar as mais modernas informações, técnicas e acadêmicas, para a região. Assim, eram confrontados os conhecimentos já consolidados com aqueles adquiridos pela experiência ou pelo contato com os nativos. Deste modo, os impressos versavam sobre culturas que já eram conhecidas, e amiúde já foram utilizadas por Portugal em suas possessões marítimas, já a pesquisa “de campo” tinha o intuito de buscar novas culturas avaliadas no seu potencial de mercado.

O mercado de livros no Maranhão, aliás, parece não ter dado o fruto que a administração central esperava. Os documentos analisados não demonstraram grande volume de venda. A quantidade deste tipo de mercadoria foi possivelmente uma tentativa de repartir o conhecimento moderno para os habitantes locais, no intuito de desenvolver a agricultura local conforme os preceitos de Lisboa, mas que aparentemente não resultou no esperado para a vendagem de obras científicas.

A educação acadêmica também era fundamental. Lisboa se valeria do conhecimento acadêmico, amalgamado com o empírico, incentivando a vocação de personagens como Vicente Dias Cabral, João Manso, Joaquim José Pereira, Frei Veloso, dentre outros. De origem americana, esses indivíduos tiveram formação no Reino, alicerçando sua capacitação na execução das obras naturalistas. No Maranhão, também foi remodelada a educação local, com a adição da cadeira de História Natural para atender a demanda. Estes homens também foram beneficiados com um sistema de concessão de bolsas que possibilitou a formação de uma mão de obra qualificada para o trabalho nos sertões. Ainda será preciso mais pesquisas para saber se tais indivíduos regressaram para a terra de origem para sanar tais necessidades.

A pesquisa naturalista-utilitária tinha como objetivo desvendar as potencialidades naturais do Império para o desenvolvimento econômico. Para tanto, foram feitas viagens exploratórias, ao mesmo tempo em que se investiu significativamente na divulgação de tais conhecimentos. Por meio do envio de impressos que versassem sobre o tema da natureza, e reformulando a educação formal, incentivando o ensino superior aos luso-americanos, o objetivo final era integrar o Maranhão e Piauí não só ao mercado imperial mas, como ficou claro neste trabalho, ao

universo imperial mais amplo, reflexo possivelmente da visão de mundo de administradores como D. Diogo e D. Rodrigo.

REFERÊNCIAS

1) Manuscritos

Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Maranhão - Avulsos)

OFÍCIO do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, António Correia Furtado de Mendonça, para Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as suas descobertas de cochinhilha, cânhamo silvestre e, recentemente, de salitre. 09/10/1796. *AHU-MA*, cx. 92, d. 7597.

DECRETO do príncipe regente D. João para o Conselho Ultramarino, a nomear D. Diogo de Sousa para governador e capitão-general da capitania do Maranhão. Queluz. 26/02/1798. *AHU-MA*, cx. 96 d. 7850.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar o recebimento das memórias sobre o loureiro linamomo, o modo de se fazer salitre e o seu extracto, de se preparar a cochonilha e sobre a reforma dos alambiques. 02/04/1798. Maranhão. *AHU-MA*, cx. 97, d.7886.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo em anexo a descrição do método que se pratica na capitania para cultivar e manipular os géneros que se exportam para o Reino. Maranhão .30/04/1798.*AHU-MA*, cx. 97, d. 7924.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se enviar, por correio-marítimo, amostras de produtos de maior expedição: algodão e arroz. Maranhão. 06/05/1798. *AHU-MA*, cx. 98, d. 7930.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a aposta feita por José Gonçalves da Silva de que o primeiro comboio que chegasse do Reino traria o nome do sucessor do governo do Maranhão. Maranhão. 10/05/1798. *AHU-MA*, cx. 98, d. 7941.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre se ter repartido entre os habitantes noventa exemplares sobre a cultura e manipulação do açúcar, enviados de Lisboa. Maranhão. 26/07/1798. *AHU-MA*, cx. 99,d. 8019.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D.

Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a experiência de plantar canela no Maranhão. Maranhão. 27/07/1798. *AHU-MA*, cx. 99, d. 8023.

OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo amostra de quina, de folha de tabaco, de salitre e de casulos de seda silvestre. Maranhão. 23/08/1798. *AHU-MA*, cx. 100, d. 8078.

OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo a relação das amostras de diferentes madeiras que seguiram no bergantim Europa. Maranhão. 01/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8128.

OFÍCIO (1ª via) do governador e capitão-general, D. Fernando António de Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a chegada do seu sucessor, D. Diogo de Sousa, à capitania e as reuniões que têm tido. Maranhão. 07/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8133.

CARTA dos oficiais da câmara para a rainha D. Maria I, sobre a tomada de posse de D. Diogo de Sousa como governador e capitão-general do Maranhão. São Luís, Maranhão. 20/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8143.

OFÍCIO do governador e capitão-general, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando conta do ataque francês ao navio em que ele se encontrava. São Luís do Maranhão. 25/10/1798. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8151.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter as relações dos ofícios enviados pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para a capitania do Maranhão, em 1798. Maranhão. 11/01/1799. *AHU-MA*, cx. 101, d. 8187.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a venda de exemplares do Mercúrio Britânico, de memórias sobre a plantação dos algodões e do segundo tomo da obra "Fazendeiro do Brasil". São Luís, Maranhão. 27/02/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8242.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a concessão de licença ao cadete António Lourenço dos Santos para ir ao Reino prosseguir os seus estudos. São Luís, Maranhão. 04/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8253.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando o seu parecer sobre a obra "Arquitectura Naval". São Luís, Maranhão. 05/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8259.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando conta do estado em que se encontram as diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8263.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8264.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8265.

OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a criação de caixas de crédito, por ordem régia de 10 de Maio, a fim de financiar os colonos daquela capitania. São Luís, Maranhão. 14/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8376.

OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diversas pesquisas efectuadas na Capitania relativas às minas de salitre e utilização de cânhamo e madeira para o fabrico de papel. São Luís, Maranhão. 15/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8379.

OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção de correspondência vária e diversos números do "Mercúrio Britânico". Refere que não recebeu vários ofícios, solicitando o reenvio de novas ordens de Lisboa. São Luís, Maranhão. 16/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8386.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a existência ou não de "princípios jacobinos" na capitania do Maranhão. São Luís, Maranhão. 04/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8489.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos exemplares da obra "Curso d'estudo para uso do comércio". Maranhão. 04/12/1799. *AHU-MA*, cx. 108, d. 8490.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de uma amostra de erva linhosa e de óleo mearim. São Luís, Maranhão. 22/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, d. 8599.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a concessão de licença ao alferes do Regimento de Linha José

Félix Pereira de Burgos para ir estudar na Universidade de Coimbra, em conformidade com o Aviso de 2 de Agosto de 1799. São Luís, Maranhão. 08/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8579.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a pretensão da câmara da cidade de São Luís do Maranhão em mandar António da Silva Cunha e Manuel Correia de Faria para estudarem na Universidade de Coimbra. São Luís, Maranhão. 15/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8587.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a informação de Manuel Rodrigues de Castro e Severino Ferreira Lustosa pedindo para irem estudar no Reino. São Luís, Maranhão. 16/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8588.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um engenheiro hábil para futuras obras. São Luís, Maranhão. 21/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8596.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter duas caixas com plantas medicinais e uma com cochonilha. São Luís, Maranhão. 02/06/1800. *AHU-MA*, cx. 111, d. 8654.

OFÍCIO (3ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a recepção de livros, de que enviará a importância da sua venda ao oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, João Filipe da Fonseca. São Luís, Maranhão. 10/06/1800. *AHU-MA*, cx. 111, d. 8689.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de diferentes amostras de linho para o Reino. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8756.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um fardo e dois sacos com erva de São Caetano. São Luís, Maranhão. 24/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8757.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um canudo de latão com desenhos, ramos ressecados e descrições botânicas. São Luís, Maranhão. 25/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8759.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de um caixão com tabaco vulgarmente chamado "Petum". São Luís, Maranhão. 27/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8763.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as dificuldades que tem havido e há para o estabelecimento das novas escolas régias na dita capitania. São Luís, Maranhão. 28/09/1800. *AHU-MA*, cx. 112, d. 8767.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de oito volumes embarcados na fragata Golfinho. São Luís, Maranhão. 02/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8778.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a suspensão da remessa de folha de tabaco. São Luís, Maranhão. 13/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8785.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção dos cinco exemplares da carta escrita por João Manso Pereira relativas às nitreiras artificiais. São Luís, Maranhão. 14/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8787.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ficar na inteligência de remeter todas as cascas, raízes e sementes, que se reputarem medicinais. São Luís, Maranhão. 17/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8793.

CARTA do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para José Filipe da Fonseca, sobre a compra de alguns impressos. São Luís, Maranhão. 22/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8799.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre não terem chegado os impressos de que fez menção o Aviso de 5 de Maio do corrente ano, e que se remeteram pelo correio marítimo. São Luís, Maranhão. 23/10/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8803.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar que repartiu os quatro exemplares da instrução sobre a cultura das batatas pelas pessoas que lhe pareciam mais aplicadas na agricultura. São Luís, Maranhão. 03/12/1800. *AHU-MA*, cx. 113, d. 8832.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a remeter produtos, nomeadamente linho. São Luís, Maranhão. 07/12/1800. *AHU-MA*, cx. 114 , d. 8844.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a recepção dos impressos transportados pelo bergantim de guerra Diligente. São Luís, Maranhão. 13/12/1800. *AHU-MA*, cx. 114, d. 8850.

OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a descoberta de salitre pelo coronel Francisco da Costa Rebelo e das indagações feitas pelo bacharel Vicente Dias Cabral acerca da mesma. São Luís, Maranhão. 24/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8926.

OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a remessa de sementes de flores. São Luís, Maranhão. 26/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8933.

OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de aves para o Reino. São Luís, Maranhão. 26/02/1801. *AHU-MA*, cx. 115, d. 8934.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a remessa de vários estudantes para Portugal para cursarem Ciências Naturais e Exatas na Universidade de Coimbra. São Luís, Maranhão. 11/05/1801. *AHU-MA*, cx. 116, D. 8974.

OFÍCIO de João Raposo do Amaral para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a remessa de um produto designado de sumagre e que era de utilidade para a indústria de peles, tinturação e fábricas de tecido, bem como para uso farmacêutico. São Luís, Maranhão. 12/05/1801. *AHU-MA*, cx. 116, d. 8978.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recepção de vários impressos, com respectivos preços, remetidos pelo frei José Mariano da Conceição Veloso. Maranhão. 06/06/1801. *AHU-MA*, cx. 116, d. 8999.

REQUERIMENTO de Vicente Jorge Dias Cabral ao príncipe regente D. João, solicitando a sua confirmação na regência da cadeira de Retórica em São Luís do Maranhão. São Luís, Maranhão. 05/09/1804. cx 137, D. 9996.

Arquivo Histórico Ultramarino (Caixas do Piauí)

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Fernando António de Noronha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recolha de quina, salitre e tabaco, e informando a chegada do novo governador para o Piauí, D. João de Amorim Pereira. Maranhão. 12/12/1797. Cx. 20, D. 1048.

OFÍCIO (cópia) de Bartolomeu da Costa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de amostras de minerais vindas do Piauí, Pará e Maranhão, e informando que a amostra de salitre vinda do Piauí é de excelente qualidade, e que as do Pará e do Maranhão, não contém salitre, apenas sal e sal marinho. Fundação. 17/04/1798. Cx. 20, D. 1058.

OFÍCIO do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país. Oeiras do Piauí. 16/08/1799. Cx. 22, D. 1166.

Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

AVISO do Ministério do Império. Secretária do Governo: 1812-1819. São Luís. 16/02/1815. *APEM*, Códice, doc. 04.

OFICIO ao Correio-mor desta cidade para remeter a esta Secretaria uns livros. São Luís, Maranhão. 11/03/1801. *APEM*, livro 51, doc. 58, p. 13v.

2) Fontes Impressas

BETENCOURT, José de Sá. *Memória sobre a plantação dos algodões, e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no Termo da Vila de Camamu, comarca de Ilhéus, Governo da Bahia*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. 1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

MEMÓRIA sobre a caneleira, para acompanhar a remessa das plantas, que o Príncipe N. Senhor manda transportar para o Brazil. Lisboa: Régia Oficina Typográfica, 1797.

MENESES, Francisco da Cunha. *Memória sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, vulgo caneleira do Ceilão, que acompanhou a remessa de plantas da mesma terra de Goa para o Brasil*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

PEREIRA, João Manso. *Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil, com grande proveito dos Fabricantes, e Comerciantes*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

PEREIRA, José Joaquim. *Memória que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luís do Maranhão, que igualmente diz respeito ao número de freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conselheiro, ministro e secretário de estado dos negócios da marinha*. RIHGB, v. 20, 1904.

VELOSO, José Mariano (org. e trad.). *Memórias e extratos sobre a pipereira negra (Piper nigrum L.) que produz o fruto conhecido vulgarmente pelo nome de pimenta da índia, nos quais se trata sua cultura, comércio e usos, etc.* Lisboa: Oficina de João Procopio Correia da Silva, 1798.

_____. *Alografia dos álcalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda e dos seus nitratos, segundo as melhores memórias estrangeiras que se tem escrito sobre o assunto*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

3) Bibliografia

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

_____. *Leitura, história e historia da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

_____. (org.). *Trajetória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica*. Belém: Editora da UFPA/NAEA, 1974.

_____. “The significance of cacao production in the Amazon Region during the late colonial period: an essay in comparative economic history”. *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 120, nº 2 (abril, 1976), p. 103-135.

ALGRANTI, Leila Mezan. “Bebida dos deuses: técnica de fabricação e utilidades do chocolate no império português (séculos XVI-XIX)”. In. ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. *O Império por Escrito*:

Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009.

ALVES, Dysson Teles. “Urbanismo e civilização na América Portuguesa”. In. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura da Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Horizonte, 2003.

_____ (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidade e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BASÍLIO, Romário Sampaio. *Impressos e mercadores no mar: Luzes e sombras entre Portugal e Maranhão (1768-1826)*. - Monografia (graduação em história licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1723-1822)*. – Dissertação (apresentado ao Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A ATHENAS EQUINOCIAL: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. São Luís: EDFUNC, 2010.

BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”. In. VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997.

BRAGA, Marco... [et al.]. *Lavoisier e a ciência no iluminismo*. São Paulo: Atual, 2000.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2008.

CALAINHO, Daniela Buono. “Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial”. *Tempo* (UFRJ), nº 19.

CARDOSO, Alirio. “Amazônia e a Carreira das Índias: navegação para o norte da América portuguesa na época da Monarquia Hispânica”. *Revista de Indias* (Madrid), vol. LXXV, n.º 264 (2015), p. 389-420.

_____. “Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da Monarquia Hispânica”. *Revista Tempo* (Niterói), vol. 21 (2015), p. 1-18.

_____.; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia*. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2015.

CARDOSO, José Luís. *Memórias de história natural: Domingos Vandelli*. Porto: Porto Editora, 2003.

_____. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico.” In. GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CARR, E.H. *Que é história?* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “Tapuia – A inversão do índio da Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792)”. In._____; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

_____; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

CARVALHO JÚNIOR, Eduardo Teixeira de. *Verney e a questão do Iluminismo em Portugal*. Curitiba: Dissertação de Mestrado (História) apresentada na Universidade Federal do Paraná, 2005.

CARVALHO, Rómulo de. *A história natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CASSIRER, Ernst. *Filosofía de la Ilustración*. Madri: Fundo de Cultura Económica, 1993.

COSTA, A. M. Amorim da. “As ciências naturais na reforma pombalina da universidade: estudos de rapazes, e não sustentação de príncipe”. In. ARAÚJO,

Ana Cristina. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia, 2010.

_____; MELO, Vanice Siqueira. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*. São Paulo, nº 168, 2013.

_____. “Cacao, Bark-Clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century”. *Luso-Brazilian Review*, v. 51 (2014), pp. 1-35.

_____; Alírio Cardoso. *As cores da conquista: produtos tintórios e anil no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)*. *Locus* (UFJF), v. 20, 2014.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Ed. UNESP, 1998.

_____. *Inscrever & apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

COMERLATO, Fabiana. “A baleia como recurso energético no Brasil”. *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*. Florianópolis, 2010, p. 1126-1136.

COUTINHO, Miria Marques. *D. Rodrigo de Souza Coutinho e o reformismo ilustrado: manutenção e exploração da América portuguesa no final do século XVIII*. - Dissertação (mestrado em História) apresentada na Universidade Federal Fluminense -. Niterói, 2013.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora Unicamp, 2009.

DANTES, Maria Amélia M. “A historiografia sobre ciência e impérios: Constituição e desenvolvimento”. In. GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”*. Trad. Laura Teixeira Motta; Marcia Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 278, 1968.

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no Império português no final dos Setecentos”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 8, p. 823-838, 2001.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (Orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

FERRONE, Vincenzo. “O Homem da Ciência”. In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença, 1997.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. “João Manso Pereira, químico empírico do Brasil colonial”. *Química Nova*, vol. 16 (2), 1993.

FORTE, Luiz R. Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciado em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. *Vigia e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Júnia. “Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (Orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz: Ética, 2007.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao Público sincero e imperial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*, Niterói, 2010 – Tese (doutorado em história)- UFF, 2010.

_____. “Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos”. *Outros Tempos*, vol. 11, n. 18, 2014.

_____; BASÍLIO, Romário Sampaio. “Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823).” *Revista Clio*, n. 32.1, 2014.

GANDOLFI, Haira Emanuela; FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. “As nitreiras no Brasil dos séculos XVIII e XIX: uma abordagem histórica no ensino de ciências”. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2014.

GARCIA, Alberto Saladino. *La filosofía de la Ilustración latinoamericana*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado do México, 2009.

GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GODÓIS, Antônio B. Barbosa de. *História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal – 2.ed.-* São Luis: AML/EDUEMA , 2008

ISRAEL, Jonathan. *A Revolução das Luzes: O Iluminismo Radical e as origens intelectuais da Democracia Moderna*. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2013.

KURY, L. “Homens de ciência no Brasil: império colonial e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 11, p. 109-129, 2004.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano. 2001.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Ana Paula dos Santos. *Prática científica no Brasil – colônia: ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza (1786-1808)*. - Dissertação (mestrado em ensino, filosofia e história da ciência) – UFBA. Feira de Santana, 2008.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O império em construção; Primeiro Reinado e Regência*. São Paulo: Atual, 2000. (Discutindo a História do Brasil).

LOPES, Siméia de Nazaré. *As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 a c. 1830)*. – Tese (doutorado em História Social) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, César. *Dicionário histórico-geográfico do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon-fon, 1970.

MARQUES, Pablo Rodrigues. *A Academia Científica e a família Paiva: a ilustração no Rio de Janeiro dos vice-reis (1772-1789)*. – Dissertação (mestrado em história política) – UERJ. Rio de Janeiro.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Mário M. *Dom Diogo de Sousa: governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804)*. São Luís: SIOGE, 1979.

_____. *História do Maranhão*. São Luís: [S.n], 1958.

_____. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. “O liberalismo num outro Ocidente: política colonial, idéias fisiocratas e reformismo mercantilista”. In: GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal; PRADO, Maria Emília (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: REUAN: UERJ, 2001.

_____. “Política e Natureza, no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

NOVAIS, Fernando. “O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.7, 1984

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1985.

NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. Teresina: COMEPI, 1975.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *The Spectator. O Teatro das Luzes, diálogo e Imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. “Os colonos cientistas da América Portuguesa: questões historiográficas”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa-PR, v. 19, p. 7-34, 2014.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. 1832.

Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o Império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA, Ruth. *Minidicionário Ruth Rocha*. São Paulo: Spipione, 2001.

ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

RUSSELL- WOOD, A. J. R. “Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800”. In. BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. “Precondições e precipitações do movimento de independência da América portuguesa”. In. FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: DIFEL, 1998.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos ilustrados (Portugal, Brasil, Angola, 1796-1803)*. Niterói: Tese de doutorado (História) apresentada na Universidade Federal Fluminense, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. “A Economia do Império Português”. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajectoria do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

SERRA, Astolfo. *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. 1789.

Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Um grande inventário da Natureza: políticos da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII”. In: . GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SOARES, Luiz Carlos. “A Albion revisitada no século XVIII: novas perspectivas para os estudos sobre a Ilustração inglesa”. *Revista Tempo*, n. 16 (2003), p. 1-32.

SOUZA, Simone Mendonça de. “ “SAHIRAM À LUZ”: livros em prosa de ficção publicados pela impressão régia do Rio de Janeiro”. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajectoria do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

VENANCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas Gerais Colonial”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando séculos)

_____. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Uso do Livro na América Portuguesa*. 1999. 443 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. “Romances e leitura proibidas no mundo Luso-brasileiro (1740-1802)”. In: ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

VOLTAIRE. *Cândido ou o Otimismo*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997.

XIMENES, Sérgio. *Minidicionário Ediouro da Língua portuguesa*. São Paulo, 2000.

WEGNER, R. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 11, p. 131- 140, 2004.

WEHLING, Arno. “O fomentismo português no final do século XVIII: Doutrinas, mecanismo, exemplificações”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 316, jul-set. 1978

WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.